



SOFID

Financiamos a Internacionalização



Relatório e Contas | 2010



Financiamos a Internacionalização

Este Relatório e Contas 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração a 31 de Março de 2011, tendo nele sido incorporado o conteúdo de uma Adenda aprovada pelo Conselho de Administração a 24 de Maio de 2011, encontrando-se todos os parágrafos acrescentados devidamente assinalados com notas de rodapé.

SOFID

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
Instituição Financeira de Crédito, S.A.

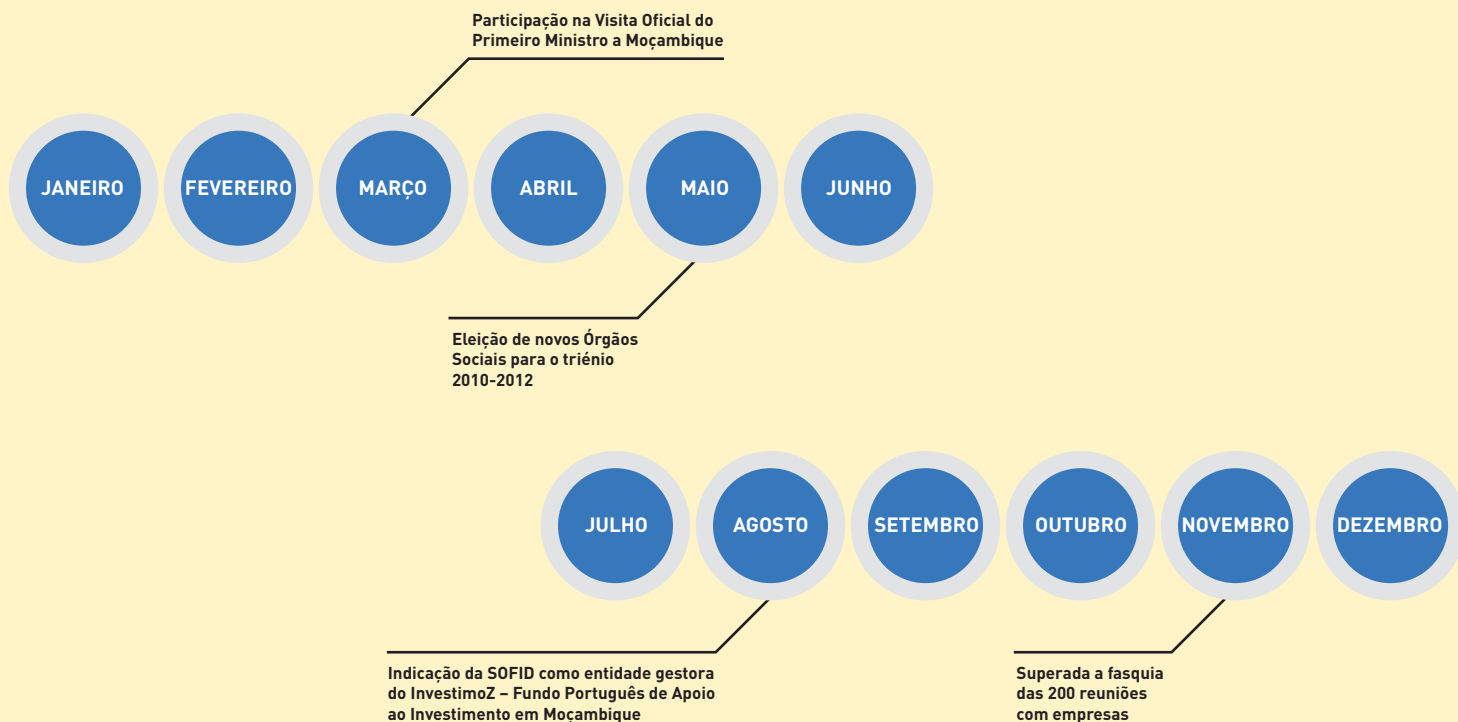
Sede Social: Av. Casal Ribeiro, nº 14, 4º
1000-092 Lisboa

NIPC: 508325803



Destaques 2010	4
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	6
SOFID	7
Mandato	7
Pilares, Visão e Valores	7
Estratégia	8
Organograma	10
Pessoas	10
Projectos em Destaque	13
Governo da Sociedade	15
Missão, Objectivos e Políticas	15
Regulamentos Internos e Externos	16
Informação sobre as Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	16
Informação sobre Outras Transacções	16
Modelo de Governo e Órgãos Sociais	17
Remuneração e Outras regalias dos Membros dos Órgãos Sociais	22
Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental	24
Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	29
Apresentação do Código de Conduta	30
Sistema de Controlo Interno	30
Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesse	30
Divulgação de Informação relevante	31
Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	32
Condições e Níveis de Cumprimento de Orientações e Objectivos de Gestão	33
Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	33
Cumprimento dos Deveres Especiais de Informação	33
Cumprimento das Recomendações Decorrentes da Assembleia Geral de 12 de Maio de 2010	33
Cumprimento das Orientações Genéricas sobre Negociações Salariais	33
Cumprimento da Não Atribuição de Prémios de Gestão em 2010	33
Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública	33
Implementação de Medidas de Racionalização de Aprovisionamento de Bens e Serviços	33
Cumprimento da Redução da Remuneração dos Membros do Conselho de Administração	34
Actividade em 2010	35
Actividade Operacional	35
Parcerias	37
Comunicação	39
O InvestimoZ	40
Instrumentos Adicionais	42
Proposta de Aplicação de Resultados	46
Factos Posteriores ao Fecho do Exercício	46
Agradecimentos	46
Demonstrações Financeiras	47
Demonstração de Resultados para o ano findo em 31 Dez 2010	47
Balanço	48
Demonstração de Fluxos de Caixa	49
Mapa de Alterações no Capital Próprio	50
Notas às Demonstrações Financeiras	50
Anexos	64
Certificação Legal das Contas	64
Parecer do Conselho Fiscal	66
Parecer do Conselho Estratégico	67
Definições e Abreviaturas	68

Destques 2010



Março Participação na Visita Oficial do Primeiro Ministro a Moçambique

Abril Participação no evento “Dias do Desenvolvimento”

Mai Eleição de novos Órgãos Sociais para o triénio 2010-2012

Junho Primeira reunião do Conselho Estratégico da SOFID

Julho Workshop SOFID, em Cabo Verde

Aprovação de novos documentos estratégicos da SOFID:

Plano Estratégico 2010-2012

Orçamento Plurianual 2010-2012

Plano de Actividades 2010

Workshop SOFID no âmbito da Visita Oficial do Presidente da República a Angola

Superada a fasquia das 100 reuniões com empresas

Audiência do Presidente da República ao Conselho de Administração da SOFID

Agosto Indicação da SOFID como entidade gestora do InvestimoZ – Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique

Setembro Visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação à SOFID

Outubro Missão à África do Sul

Workshop SOFID, em Moçambique

Apresentação da SOFID no Egipto

Novembro Superada a fasquia das 200 reuniões com empresas

Dezembro Conselho Estratégico da SOFID emite parecer sobre Orçamento Plurianual 2011-2013 e Plano de Actividades 2011.

Aprovados novos documentos estratégicos:

Orçamento Plurianual 2011-2013

Plano de Actividades 2011

Estratégia de Comunicação

Primeiro Team Retreat da SOFID

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Excelentíssimos Senhores Accionistas

O ano de 2010 foi, ainda, marcado por uma conjuntura económica internacional difícil, muito embora se reconheça que surgiram os primeiros sinais de recuperação da economia americana, com as economias emergentes – correspondentes ao que se convencionou designar de “*Intermediate Countries*” – a obterem taxas elevadas de crescimento económico.

A economia portuguesa apresentou um crescimento diminuto – o mesmo sucedendo, aliás, a outras economias europeias –, estando condicionada pela indispensabilidade de implementação de uma política de rigor orçamental e de contenção da despesa, a qual não deixará de provocar efeitos indutores no nível de actividade produtiva.

Neste enquadramento, a aposta num “*export led growth model*” e, por conseguinte, numa internacionalização de sucesso da economia portuguesa apresenta-se fundamental, podendo a SOFID desempenhar um papel relevante nesse domínio.

Sem se pretender enveredar pelo excesso de optimismo, manda a verdade reconhecer que, em seis meses de actividade, o Conselho de Administração aprovou um número comparativamente elevado de operações, realizou mais de 200 reuniões de trabalho com potenciais clientes, promoveu “*workshops*” e diversas deslocações a Cabo Verde, Angola e Moçambique, dinamizou a rede das EDFI – *European Development Finance Institutions* e passou a gerir o fundo InvestimoZ (envolvendo cerca de 94 milhões de euros), em Moçambique.

Foi, ainda, posta em prática uma política rigorosa de contenção dos custos, o que, aliás, viria a permitir a obtenção de resultados bem mais positivos do que os previstos no Plano de Actividades e Orçamento para 2010, aprovado na Assembleia Geral de Maio do ano transacto.

Convirá, paralelamente, salientar, que a Administração da SOFID não defende interesses partidários ou de grupo, antes pretendendo ir ao encontro do interesse nacional, tendo presente a ideia do interesse público, procurando conciliar o objectivo da internacionalização de sucesso da economia portuguesa com o desiderato de contribuir para o desenvolvimento de economias periféricas, de acordo com uma abordagem consistente, integrada e integradora.

Pretendemos, ainda, conciliar os princípios da adicionalidade – em relação à qualidade da oferta alternativa de serviços financeiros –, da solidez e da eficiência com as grandes prioridades da política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento que o nosso país pretende pôr em prática, de acordo com uma pers-



pectiva dinâmica, que tenha em conta o adequado aproveitamento das novas vantagens competitivas.

O trabalho desenvolvido, em 2010, foi positivo, fazendo sentido felicitar a Comissão Executiva do Conselho de Administração pelo trabalho realizado, bem como todos aqueles que, com o seu trabalho, o seu empenho e as suas competências, contribuíram para a concretização do projecto SOFID.

Mas, temos que procurar ir, ainda, mais longe...

Na ânsia de servir a comunidade a que pertencemos, criando condições para que venha a ser possível atingir patamares superiores de existência humana.

Temos consciência das nossas limitações.

Mas, as nossas limitações não devem servir de desculpa para nada fazermos no sentido da concretização de objectivos ambiciosos.

Somos pequenos na nossa dimensão.

Mas, grandes na vontade e na ambição de servir o nosso País e as comunidades mais carenciadas de projectos de desenvolvimento orientados para o futuro.

Servir o País, Servir o Desenvolvimento.

É este o nosso lema, é esta a nossa vontade.

António Rebelo de Sousa

Senhores Accionistas

Apesar de condições económicas e financeiras difíceis, 2010 foi um ano francamente positivo para a SOFID. As novas grandes linhas de orientação identificadas no Plano Estratégico 2010-2012 – dinamizar a actividade comercial, reforçar a estrutura interna, estimular parcerias e aumentar a visibilidade da SOFID – foram assimiladas por todos e seguidas com rigor. Como resultado, assistiu-se à melhoria de todos os principais indicadores da actividade da SOFID.

Dinamizar A Actividade Comercial

O enfoque na área comercial originou a aprovação de 5 novas operações em 2010. A estratégia de proximidade junto de clientes – mais do dobro de reuniões com empresas do que em 2009 – contribuiu de forma determinante para a renovação do *pipeline*, com a identificação de 36 novos projectos passíveis de vir a ser financiados, assim como para a consolidação de uma crescente – apesar de ainda modesta – carteira com oito projectos. Adicionalmente, a indicação da SOFID como entidade gestora do InvestimoZ – o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique veio, por um lado, confirmar a confiança que o Estado Português deposita na capacidade da SOFID e, por outro, dotar a Sociedade de novos instrumentos para apoiar empresas luso-moçambicanas.

Reforçar A Estrutura Interna

Para acompanhar esse ímpeto comercial, a estrutura interna da SOFID teve de ser devidamente reforçada. Instituíram-se medidas de racionalização de custos, libertando meios para áreas e actividades mais produtivas, tanto ao nível de gastos com pessoal, como ao nível de gastos gerais administrativos. Reduziram-se os cargos de chefia em 20%, aumentando-se o número de analistas através de um Programa de Estágios Profissionais. Iniciou-se a renegociação de todos os contratos com fornecedores de serviços externos, tendo-se obtido reduções significativas. Neste esforço, foi ainda autonomizado o pelouro de Planeamento e Controlo de Gestão e criado um pelouro específico para os Recursos Humanos, potenciando a valorização e o adequado acompanhamento do capital humano que constitui a base da SOFID.

Estimular Parcerias

Ao nível das parcerias, 2010 foi marcado pela forte implementação da parceria com a AICEP, com a organização conjunta do Workshop em Maputo, a formação a gestores de clientes AICEP e a inclusão da SOFID como orador em diferentes seminários organizados pela agência. Foram igualmente reforçados laços com diversos bancos locais, destacando o Workshop co-organizado com o Caixa Totta, em Angola e com o BCA, em Cabo Verde. Foram ainda estreitados laços com algumas instituições congéneres e bancos multilaterais, assim como assinados protocolos com duas câmaras de comércio: Cabo Verde e Moçambique.



Aumentar A Visibilidade

2010 foi um ano de viragem também no aumento da visibilidade da SOFID. A participação em 15 seminários e conferências contribuiu para que um maior número de empresários passasse a conhecer melhor a SOFID e a identificá-la como possível financiadora de projectos em países emergentes e em vias de desenvolvimento. A primeira Estratégia de Comunicação da SOFID, aprovada pelo Conselho de Administração em Dezembro, constituiu o primeiro passo para tornar a SOFID mais visível e, assim, chegar a um maior número de empresários, nomeadamente de Pequenas e Médias Empresas.

Desafios Futuros

Para 2011, o nosso modelo de negócio não sofrerá alterações, sendo que continuaremos a construir sobre o que de bom foi feito em 2010. A aposta na racionalização de custos, libertando meios para o crescimento da actividade, o reforço do enfoque no cliente, promovendo um serviço de excelência, ajudará a reforçar o papel da SOFID como o principal instrumento financeiro de apoio ao Investimento Directo Português nos principais países alvo da cooperação portuguesa.

Para isso continuaremos a contar com o apoio dos nossos accionistas os quais, por entenderem a sua utilidade, devem continuar a disponibilizar os meios adequados para que – particularmente nesta fase de arranque – a SOFID possa cumprir com as expectativas geradas em torno de si, como instrumento complementar e de partilha de risco.

Orgulhoso de pertencer à família SOFID e com 2011 no horizonte, lanço o desafio a todos os que acreditam na SOFID e queiram o seu sucesso: que nos voltemos a superar, através da ambição, do rigor e do espírito de missão que devem orientar sempre o nosso trabalho.



Diogo Gomes de Araújo

SOFID

Mandato

A SOFID é a Instituição Financeira de Desenvolvimento Portuguesa e o único instrumento colocado à disposição das empresas nacionais para financiar os seus investimentos em países emergentes e em vias de desenvolvimento.

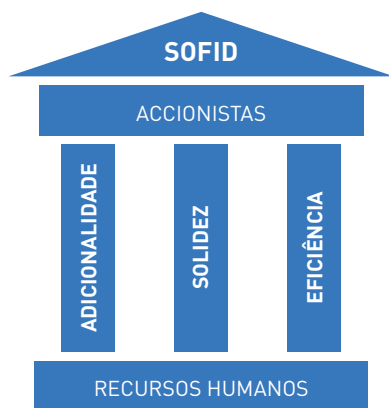
Criada em 2007, tem o objectivo de contribuir para o crescimento económico dos referidos países, em articulação com os objectivos e as estratégias do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

Através da oferta de serviços e produtos financeiros junto de empresas privadas ou públicas (desde que geridas de forma comercial), a SOFID deve contribuir para o incremento das relações a nível produtivo e comercial entre Portugal e os países emergentes e em desenvolvimento, de modo a estimular o seu progresso económico e social.

Pilares, Visão e Valores

Os nossos Pilares

As actividades da SOFID regem-se por três pilares fundamentais:



Adicionalidade: a SOFID não é concorrencial à oferta financeira dos bancos comerciais e aos serviços oferecidos por outros instrumentos de internacionalização, devendo intervir de forma complementar, acrescentando valor às operações.

Solidez: a SOFID tem de ter uma situação financeira e operacional sólida, de modo a reforçar a sua reputação e crescer de forma sustentada, sendo fundamental que o aumento da sua actividade assente nas melhores práticas bancárias e numa prudente gestão de risco.

Eficiência: a SOFID tem de gerir os seus recursos financeiros e humanos da forma mais eficiente e racional possível, numa óptica de maximização dos resultados obtidos e de controlo de custos.

A nossa Visão

A nossa Visão assenta no pressuposto de que terá de ser através do desenvolvimento sustentado do sector privado e da promoção do investimento, em coordenação com os demais instrumentos da cooperação e da internacionalização, que se irá, por um lado, estreitar relações entre países e, por outro, contribuir para o seu desenvolvimento.



Como catalisador do investimento privado em países emergentes e em desenvolvimento, a SOFID tem um papel único nas estratégias de internacionalização e da cooperação portuguesas.

VISÃO

O financiamento de actividades privadas sustentáveis é um pilar fundamental para o crescimento económico e social de países em transição.

Os nossos Valores

A SOFID prossegue um conjunto de valores que orientam toda a sua actividade e traduzem as atitudes e práticas profissionais dos seus colaboradores. Através destes valores procuramos fazer sempre melhor, fazer o que é correcto, fazer em colaboração com os nossos colegas e fazer com o propósito de atingir um determinado resultado.

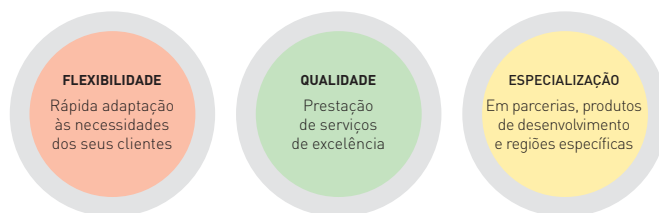
Valores

- **Excelência:** fazer sempre melhor
- **Ética:** fazer o que está certo
- **Entreajuda:** fazer em colaboração
- **Eficácia:** fazer para obter um resultado

Estratégia

Este ano, a estratégia da SOFID foi pela primeira vez definida numa óptica plurianual. O Plano Estratégico 2010-2012 dá o enquadramento para os Planos Anuais de Actividade, os quais identificam acções concretas de implementação para cada ano.

Alicerçada no trabalho dos seus colaboradores, assente nos três pilares estratégicos já referidos e reforçada pelo apoio dos seus accionistas, a SOFID, além de oferecer financiamento de médio e longo prazo às empresas portuguesas e aos seus parceiros, é assumidamente um banco de nicho, apresentando três grandes factores de diferenciação:



Tendo em atenção estes factores de diferenciação, a SOFID procura seleccionar as suas intervenções, de acordo com três critérios principais: **regional**, **sectorial** e **empresarial**.

O **critério regional** segue as prioridades e estratégias do Estado Português ao nível da internacionalização e da cooperação, cobrindo países de Língua Portuguesa, países geograficamente próximos, potências emergentes e países com uma diáspora portuguesa significativa:

- **PALOP:** Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe
- **Outros países da CPLP:** Brasil e Timor-Leste
- **Vizinhança:** Marrocos, Argélia e Tunísia
- **Potências Emergentes:** China e Índia
- **Diáspora Portuguesa:** África do Sul e Venezuela

O **critério sectorial** procura um alinhamento com as áreas onde o empresariado português revela vantagens comparativas: agricultura, indústria, infra-estruturas (nomeadamente energias renováveis), turismo e sector financeiro. Como banco de desenvolvimento, a SOFID não apoia projectos de natureza meramente especulativa.



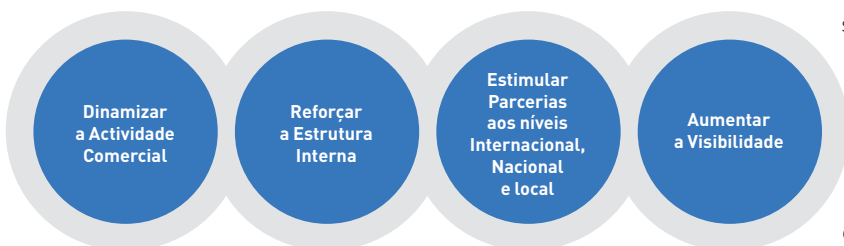


Quanto ao **critério empresarial**, ainda que o mandato da SOFID permita financiar qualquer empresa com um mínimo de 20% de capital português, particular enfoque é dado às PME. As grandes empresas e as empresas públicas (desde que geridas de forma comercial) também podem beneficiar de financiamento da SOFID.

atividades mais produtivas, em detrimento de actividades de apoio ou de retaguarda.

Relativamente às **parcerias**, a SOFID privilegia uma relação de proximidade com entidades públicas, instituições de crédito nacionais, locais e multilaterais, instituições financeiras de desenvolvimento congéneres e associações empresariais, como forma de potenciar a sua intervenção nos mercados em que actua.

Finalmente, no que respeita à **visibilidade** da SOFID, foi definida e aprovada uma Estratégia de Comunicação com acções de comunicação interna e externa e onde estão definidas medidas para melhorar a notoriedade da SOFID junto dos seus colaboradores, accionistas, clientes e demais interessados.

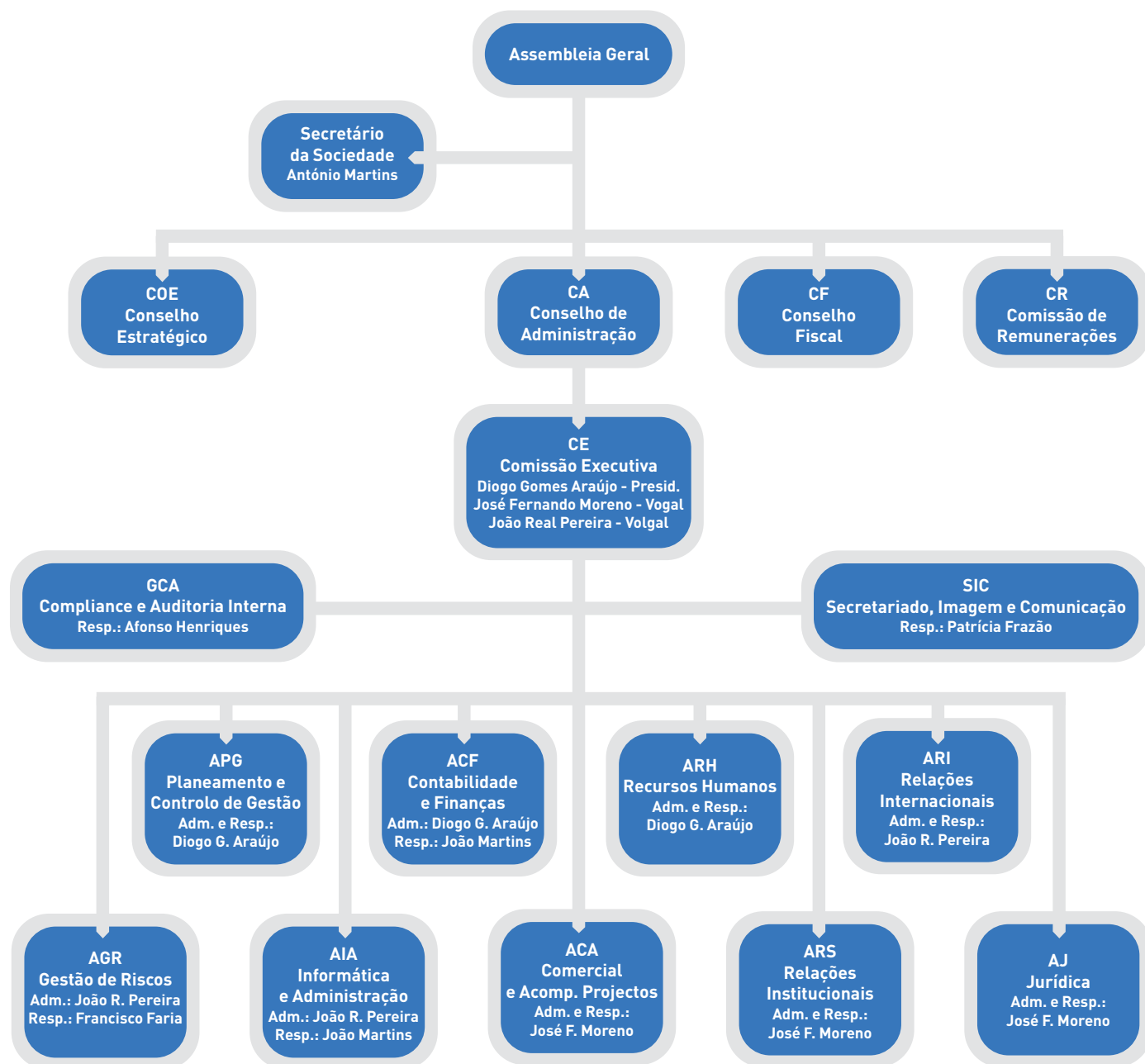


O Plano Estratégico estabeleceu igualmente **orientações estratégicas** para a programação das principais acções a levar a cabo durante o triénio 2010-2012:

A **dinamização da actividade comercial** traduz uma orientação para o cliente, de proximidade com os empresários e de contacto directo com empresas. Este contacto é promovido tanto em Portugal como em países prioritários, acompanhando de perto as necessidades e os planos de investimento dos promotores e colocando à sua disposição um serviço de excelência.

O **reforço da estrutura interna** incide em dois aspectos principais: na reestruturação dos Recursos Humanos e no adequado controlo de custos. Através de uma melhor reafecção de recursos humanos e financeiros, a SOFID visa libertar meios para ac-

Organograma



Pessoas

Em 2010, houve a preocupação de adicionar à vasta experiência dos colaboradores já existentes alguma juventude proveniente do Programa de Estágios Profissionais. Dotada de excelentes profissionais, empenhados e polyvalentes, a SOFID proporciona-lhes um ambiente de trabalho sã e a motivação de quem está a contribuir para o desenvolvimento económico e social de alguns países e das suas populações.



Francisco Faria - colabora com a SOFID desde 2007, onde desempenha a função de Director da Área de Gestão de Risco. Enquanto Director do Banco BPI desenvolveu funções na área da concessão de crédito a empresas e colaborou no Gabinete para Angola, um serviço especializado da Banca de Empresas. Desempenhou funções ainda no Banco de Fomento e Exterior e no Banco Fomento Nacional. A nível académico, foi Assistente da Universidade de Aveiro para a área de Economia. É pós-graduado em Estudos Africanos e do Desenvolvimento, pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Natural de Vila Velha de Rodão, é casado e tem um filho.

Ana Cristina Ribeiro - licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, foi a Directora Financeira da SOFID até Outubro 2010, altura em que regressou ao Banco BPI. À data da sua cedência, era Directora Adjunta da Direcção Financeira na Área de Mercado de Capitais, sendo co-responsável pela execução do plano de *fundraising* de médio e longo prazo do Grupo BPI, pela coordenação da gestão corrente das operações de titularização do Banco e pela organização e montagem de emissões de obrigações e outras operações de financiamento para várias empresas nacionais.



João Martins - foi até ao final de 2010 responsável pela Área de Contabilidade e Finanças da SOFID. Exerceu funções na Caixa Geral de Depósitos como Director dos Serviços de Contabilidade e foi Vogal do Conselho de Administração da CGD Pensões. Entre 1988 e 2005 foi Assistente de Contabilidade Bancária na Universidade Internacional. É natural de Igreja Nova - Ferreira de Zêzere, casado e tem um filho.



Afonso Henriques - desempenhou funções na SOFID, até ao final de 2010, como Auditor Interno. No seu percurso profissional desempenhou funções na Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente na Área Internacional como Sub-director responsável pelos escritórios de representação e *Offshores*, tendo sido também Director de Auditoria Interna no Banco Bandeirantes, em São Paulo. A sua experiência profissional teve início no Serviço de Tesouraria e Títulos da DIAMANG - Companhia Nacional de Diamantes de Angola. É natural de Leiria, é casado e tem uma filha.



Isabel Bispo Fernandes - Assistente do Conselho de Administração da SOFID desde 2007, tendo regressado ao Banco BPI em Outubro de 2010. Sempre ligada à assessoria de Direcção e Administração, trabalhou em Moçambique, na ACTA - Actividades Eléctricas Associadas e na SONAREP - Sociedade de Refinação de Petróleos. Em Portugal, trabalhou na Siderurgia Nacional, na Secretaria de Estado do Comércio Externo, na DIAMANG, no Banco Fomento Nacional, na TAP, na CCFL - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e, finalmente, no Banco BPI. É natural de Moçambique, onde casou e teve dois filhos.



Patrícia Frazão - licenciada em Relações Internacionais Culturais e Políticas pela Universidade do Minho, é desde Setembro de 2010, Assessora do Conselho de Administração da SOFID. Com formação em Comunicação e Marketing, é igualmente responsável pela Imagem e Comunicação da Sociedade. Antes de se juntar à SOFID, foi Assistente do Director da Área de Atendimento ao Cliente, na Direcção de Novos Canais do Banco BPI, Secretária Executiva do Corpo Nacional de Escutas e colaboradora na Direcção Financeira do ICEP. É natural de Torres Novas.



Ângela Varela - analista-estagiária na Área de Gestão de Risco desde Novembro, após de ter concluído a Licenciatura em Gestão de Empresas e uma Pós-graduação em Gestão Bancária e Seguradora, ambas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. É natural de Cabo Verde, Ilha de Santiago, onde viveu até vir estudar para Portugal.



Duarte Vaz - analista-estagiário na Área de Gestão de Risco. Licenciado, pré-Bolonha, em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, estudou na Universidad de Granada, no âmbito do Programa Erasmus. Antes de se juntar à SOFID, colaborou na Tata Consultancy Services, uma empresa de consultoria informática em Budapeste, Hungria, no âmbito do programa de estágios internacionais da AIESEC – Associação Internacional de Estudantes em Ciências Económicas e Empresariais. É natural de Gondomar.



Inês Martins Oliveira - licenciada em Gestão pelo ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, é analista-estagiária na Área de Contabilidade e Finanças, desde Novembro. É natural de Lisboa e reside em Cascais. Concluiu os seus estudos secundários em São João do Estoril.

As pessoas são o principal activo e a base de toda a actividade da SOFID. Um ambiente de trabalho são e motivador é essencial para atingir os objectivos de apoio às empresas e ao desenvolvimento.

Projectos em Destaque



Apoio à Produção Alimentar em Moçambique

A **PRIO Agricultura** produz cereais em Moçambique desde 2008, com parte significativa da sua produção a ser dirigida para o mercado interno alimentar.

Operando nas províncias de Sofala e Manica, produz matéria-prima para a indústria agro-alimentar, dando emprego directo a oito dezenas de trabalhadores e prevendo criar mais um milhar de postos de trabalho indirectos na região. A PRIO Agricultura tem desde sempre revelado um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável, distribuindo sementes e fertilizantes às populações locais, a quem depois adquire a produção.

A empresa prevê aumentar a produção e diversificar o leque de culturas da soja, girassol e milho para o feijão e o sorgo, através de um investimento em equipamento agrícola moderno e de novos factores de produção. O apoio da SOFID consiste na prestação de uma garantia ao empréstimo concedido por um banco parceiro local. Com esta participação, a SOFID viabilizou a concessão do crédito, tendo desempenhado um papel catalítico na viabilização de um projecto que contribui para a redução da pobreza e da dependência externa de Moçambique ao nível de produtos alimentares.

Reforçando a Estrutura Produtiva em São Tomé e Príncipe *

A **Sociedade Agrícola Santomense** (SAS) produz e comercializa cacau e café em São Tomé e Príncipe, desde 1998. É a única empresa do ramo actuar no mercado santomense e também a única a exportar regularmente para todo o Mundo.

A SAS tem investido na recuperação de variedades originais de plantas e na pesquisa da transformação do cacau, detendo a única unidade produtiva em São Tomé. Controlando todos os processos de forma artesanal, desde a planta até ao produto final, a marca Claudio Corallo, a empresa tem vindo a conquistar um nicho de mercado no mundo *gourmet*, associado aos vinhos.

Tendo como objectivo a reestruturação, desenvolvimento e valorização da plantação Nova Moca, a SAS tem em curso um projecto de reabilitação do seu potencial produtivo e turístico, mediante um forte envolvimento das cerca de 200 pessoas que vivem na roça. Aprovado em 2010, o apoio da SOFID traduziu-se na prestação de uma garantia a um financiamento concedido por um banco local nosso parceiro. Graças a este apoio será possível alavancar um investimento que irá reforçar a produção local de um produto de elevada qualidade capaz de gerar receitas com a exportação, assim como desenvolver o ecoturismo santomense.



* Em fase de contratação a 31 de Dezembro de 2010



Alargando a Oferta de Serviços de Ar Condicionado em Moçambique *

A **SISIL Moçambique** é uma *start up* que se dedica à comercialização, instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado e ventilação, incluindo a concepção e o fabrico de condutas.

É detida por uma participada do grupo português SISIL, em parceria com uma empresa moçambicana de energia e climatização. Assente no cumprimento estrito de prazos e compromissos, prevê a ampliação dos escritórios e a construção de uma unidade de transformação de chapa, oficina de ar condicionado e armazém de consumíveis, prevendo criar 14 postos de trabalho.

A participação da SOFID traduziu-se num financiamento ao Grupo SISIL para aumentar o capital e realizar suprimentos para a empresa moçambicana. A SOFID providenciou crédito a médio e longo prazo indisponível no mercado local, dado a falta de histórico da SISIL Moçambique e o mercado moçambicano passou a dispor de uma oferta mais alargada de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, prestado com qualidade e preocupações ambientais.

* Contratado a 4 de Março de 2011

Missão, Objectivos e Políticas

A Missão da SOFID

Na prossecução da sua missão, a SOFID assume um papel importante na montagem de operações financeiras relacionadas com os processos de investimento em mercados emergentes, actuando de uma forma complementar às restantes instituições financeiras portuguesas. Com a preocupação de alavancar a sua capacidade de intervenção, a SOFID procura mobilizar instrumentos financeiros adicionais, de Instituições Financeiras Internacionais multilaterais e bilaterais, com as quais mantém relações privilegiadas.

Objectivos

Indicadores de Desempenho 2008-2010

		2008	2009	2010e	2010	Δ09-10
Indicadores Operacionais	Novos Projectos Aprovados	1	3	5	5	67%
	Novos Montantes aprovados (M€)	0,5	3,4	7,5	6,9	103%
	Novos Projectos Contratados	0	1	5	2	100%
	Novos Montantes Contratados (M€)	0	0,5	6	1,7	240%
	Reuniões com empresas	38	100	150	217	117%
	Eventos locais	0	0	3	3	n.a.
Indicadores Financeiros	Cost to income (%)	122	243	369	489	101%
	RoA (%)	-0,97	-3,67	-6,13	-6,09	66%
	RoE (%)	-1,02	-3,72	-7,58	-6,27	69%
Recursos Humanos	Nº quadros dirigentes	5	5	4	4	-20%
	Nº quadros técnicos*	0	1,5	2,5	5	233%
	Nº administrativos	1	1	1	0,5	-50%
Comunicação e Imagem	Artigos/entrevistas publicados	1	4	6	10	150%
	Nº Intervenções em Seminários	4	8	10	15	88%

e) estimado

*) Inclui três jovens profissionais no âmbito do Programa de Estágios Profissionais.

O quadro anterior apresenta a evolução do desempenho da SOFID à luz dos indicadores definidos pelo Plano Estratégico 2010-12.

Missão

A SOFID deve envidar esforços para que projectos de internacionalização sólidos e que tragam benefícios para a economia do país beneficiário obtenham financiamento.

- Ao **nível operacional**, os resultados de 2010 indicam que foi alcançada a generalidade das metas previstas. Das rubricas que ficaram aquém do previsto são de destacar os números relativos à contratação, facto que se deveu a um ciclo de projecto tendencialmente mais longo do que o inicialmente estimado.

Quando comparados com os resultados de 2009, todos os indicadores evidenciam uma clara progressão, entre 67% e 240%.

- No que respeita aos **indicadores financeiros**, o esforço da SOFID em aumentar significativamente a sua actividade tem reflexo nos números apresentados. A conjuntura financeira mundial adversa, com a redução da remuneração das aplicações financeiras, também contribuiu para o que se espera venha a ser um pico negativo nos indicadores financeiros.

Os resultados financeiros superaram as previsões aprovadas pelos accionistas na Assembleia Geral de 2010.

- Em matéria de **recursos humanos**, o processo de reestruturação levado a cabo em 2010 contribuiu para um equilíbrio mais adequado entre quadros dirigentes, técnicos e administrativos.

Reduziu-se o número de dirigentes em 20% e apostou-se em técnicos mais jovens, mais orientados para as áreas produtivas.

- Relativamente à **comunicação** todos os indicadores superaram as expectativas, constituindo um ano recorde em número de entrevistas e artigos publicados e em apresentações em seminários.

Políticas

Tendo em conta a sua Missão e dimensão, a SOFID sustentou os seus objectivos na importância de constituir uma carteira de crédito diversificada, mediante a aprovação de operações que obedeam a critérios exigentes em matéria de análise de risco. Igualmente importante, num ambiente de grande contracção dos mercados financeiros internacionais, foi minimizar o consumo de capital, privilegiando a prestação de garantias e o co-financiamento com diferentes parceiros bancários.

Regulamentos Internos e Externos

A SOFID é uma instituição financeira de crédito detida maioritariamente pelo Estado pelo que está sujeita aos seguintes **dispositivos legais**:

- Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
- Regime do Sector Empresarial do Estado

Internamente, a SOFID rege-se por um conjunto de **normas e procedimentos**, a saber:

- Sistema de Normas Internas
- Código de Conduta
- Manual de Estrutura Orgânica
- Regulamento Geral de Crédito
- Plano Geral de Arquivo
- Manual de Procedimentos – Operações Activas
- Manual de Produtos e Serviços
- Princípios e Critérios de Gestão de Risco
- Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Informação sobre as Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Nos exercícios de 2010 e anteriores, a SOFID não realizou qualquer operação financeira com entidades relacionadas, para além de depósitos junto das instituições financeiras accionistas e operações de co-financiamento.

A Sociedade faz aplicações junto destas instituições e utiliza as contas abertas junto das mesmas para pagamentos e recebimentos. No âmbito do seu mandato, a SOFID realizou igualmente operações de co-financiamento com participadas das referidas instituições, tendo em vista alavancar operações de investimento.

Informação sobre Outras Transacções

De acordo com o memorando dos advogados avançados da SOFID, esta não se encontra sujeita às regras da Contratação Pública nem ao Código dos Contratos Públicos.

Não obstante, a dimensão da SOFID implica a que a aquisição de bens e serviços se restrinja a um volume relativamente limitado. Em 2010, tal volume cifrou-se em menos de 338 mil euros. Seguindo as melhores práticas, a Sociedade consulta, por princípio, pelo menos três fornecedores, pondera as propostas nos domínios do preço, qualidade e prazo de execução e decide pela aquisição da solução mais adequada aos interesses da SOFID.

No exercício de 2010, e tendo em vista a implementação do projecto de Arquitectura de Suporte ao Negócio, a SOFID alugou dois servidores com o respectivo *software* e contratou um conjunto de serviços conexos. A solução encontrada implicou um custo de cerca de 296 mil euros, tendo a Sociedade procedido a uma consulta prévia junto de vários fornecedores.

Todas as transacções ocorreram em condições de mercado. Os fornecimentos e serviços externos da SOFID em 2010 foram inferiores a 1 milhão de euros (338 mil euros).**

Modelo de Governo e Órgãos Sociais

O ano de 2010 foi marcadamente de transição para a SOFID, com a eleição de novos órgãos sociais na Assembleia Geral de 12 de Maio. Não existem comissões especializadas compostas por membros do Conselho de Administração. A SOFID não tem auditor externo. É o ROC que, sendo membro do Conselho Fiscal da Sociedade, mediante acesso a toda a estrutura e informação internas, certifica anualmente as contas da SOFID. Esta situação afigura-se adequada à dimensão da Sociedade.**

Mandato I - até 12 de Maio

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato	Pelouros
Mesa da Assembleia Geral				
Presidente	Agostinho Pereira de Miranda	11-10-2007	2007-2009	
Secretário	António Manuel Caetano Martins	11-10-2007	2007-2009	
Conselho de Administração				
Presidente	Álvaro Pinto Correia	12-03-2008	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> Compliance
Vogal (1)	Hélder Jacinto de Oliveira *	11-10-2007	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> Área Comercial e Acompanhamento de Projectos Área Financeira, Planeamento e Controlo de Gestão, Comunicação e Relações Nacionais
Vogal (2)	Francisco Xavier Zea Mantero *	11-10-2007	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> Área de Relações Internacionais Área Administrativa e Assistência Jurídica
Vogal (3)	João Henrique Real Pereira *	04-12-2009	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> Área de Gestão de Risco Área de Contabilidade e Informática
Vogal (4)	José Manuel Veiga de Macedo	11-10-2007	2007-2009	
Vogal (5)	Camilo Lampo Martins de Oliveira	11-10-2007	2007-2009	
Vogal (6)	Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz	11-10-2007	2007-2009	<ul style="list-style-type: none"> Auditoria Interna
Vogal (7)	Pedro Roberto Meneres Cudell	11-10-2007	2007-2009	
Vogal (8)	Augusto Manuel N. Gomes Correia	04-12-2009	2007-2009	
	(*) Membro da Comissão Executiva			
Conselho Fiscal				
Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa	20-12-2007	2007-2009	
Vogal (1)	Maria Teresa V. Abreu Flor Morais	20-12-2007	2007-2009	
Vogal (2)	BDO & Associados – SROC	20-12-2007	2007-2009	
Suplente	João Paulo Torres Cunha Ferreira		2007-2009	
Comissão de Fixação de Remunerações				
Presidente	José João Guilherme	31-03-2008	2007-2009	
Vogal (1)	Filomena Maria Martinho Bacelar	20-12-2007	2007-2009	
Vogal (2)	Filipe Maurício de Botton	20-12-2007	2007-2009	
Conselho Estratégico				
Presidente	A eleger pela Assembleia Geral		2007-2009	
Vogais	A eleger pela Assembleia Geral		2007-2009	

** Parágrafo incluído na Adenda ao Relatório e Contas 2010 aprovado pelo Conselho de Administração a 24 de Maio de 2011.

Mandato II - após 12 de Maio

Cargo	Orgãos Sociais	Eleição	Mandato	Pelouros
Mesa da Assembleia Geral				
Presidente	Agostinho Pereira de Miranda	12-05-2010	2010-2012	
Secretário	António Manuel Caetano Martins	12-05-2010	2010-2012	
Conselho de Administração				
Presidente	António Jorge Duarte Rebelo de Sousa	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (1)	Diogo de Araújo J. Gomes de Araújo *	12-05-2010	2010-2012	<ul style="list-style-type: none"> Área Planeamento e Controlo de Gestão Área de Contabilidade e Finanças Área de Recursos Humanos
Vogal (2)	José Fernando Augusto Moreno *	12-05-2010	2010-2012	<ul style="list-style-type: none"> Área Comercial e Acompanhamento de Projectos Área de Relações Institucionais Área Jurídica
Vogal (3)	João Henrique Real Pereira *	12-05-2010	2010-2012	<ul style="list-style-type: none"> Área de Gestão de Risco Área de Relações Internacionais Área de Informática e Administração
Vogal (4)	Pedro Roberto Meneres Cudell	12-05-2010	2010-2012	
[*] Membro da Comissão Executiva				
Conselho Fiscal				
Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (1)	Maria Teresa V. Abreu Flor Morais	12-05-2010	2010-2012	
Vogal (2)	BDO & Associados – SROC	12-05-2010	2010-2012	
Suplente	João Paulo Torres Cunha Ferreira		2010-2012	
Comissão de Fixação de Remunerações				
Presidente	A eleger pela Assembleia Geral		2010-2012	
Vogais	A eleger pela Assembleia Geral		2010-2012	
Conselho Estratégico				
Presidente	António Jorge Duarte Rebelo de Sousa	12-05-2010	2010-2012	
Vice Presidente	Manuel Augusto N. Gomes Correia	12-05-2010	2010-2012	Presidente do IPAD
Membro (1)	Basílio Adolfo M. Horta da França	12-05-2010	2010-2012	Presidente da AICEP
Membro (2)	Luís Filipe dos Santos Costa	12-05-2010	2010-2012	Presidente do IAPMEI
Membro (3)	Diogo de Araújo J. Gomes de Araújo *	12-05-2010	2010-2012	
Membro (4)	José Fernando Augusto Moreno *	12-05-2010	2010-2012	
Membro (5)	João Henrique Real Pereira *	12-05-2010	2010-2012	
Membro (6)	Pedro Roberto Meneres Cudell	12-05-2010	2010-2012	
Membro (7)	Francisco Luís Murteira Nabo	09-07-2010	2010-2012	
Membro (8)	Antero Baldaia	09-07-2010	2010-2012	
[*] Membro da Comissão Executiva				

Membros do Conselho de Administração



António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

Presidente do Conselho de Administração da SOFID desde 13 de Maio de 2010. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Doutorado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa, com Agregação em Economia Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi Assistente na Faculdade de Ciências Hu-

manas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa e na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Convidado da Faculdade de Economia de Coimbra. É Professor Associado da Universidade Lusíada de Lisboa, aonde lecciona desde 1986. É Professor Associado com Agregação da Universidade Técnica de Lisboa, leccionando no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas desde 2003. Foi Deputado à Assembleia da República. Foi Membro do Grupo de Parlamentares da EFTA. Foi Assessor do Ministro das Finanças para Assuntos Económicos, bem como Consultor do Ministro das Finanças. É Consultor Económico da Embaixada do Japão, desde 2002 e Vice-Presidente do OSCOT - Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas. É Membro do Conselho Directivo da Fundação Centro Cultural de Belém, desde Março de 2010. É Director da Revista Energia e Futuro.



Diogo Gomes de Araújo

Licenciado em Economia e Relações Internacionais, é Presidente Executivo da SOFID, desde 13 de Maio de 2010. Anteriormente foi Assessor do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (2009/2010), Director da AICEP responsável pela Tunísia e pela Líbia (2008), Representante Português no Banco Africano de Desenvolvimento (2003/2008),

Analista e Assessor do Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (2001/2003). É também pós-graduado em Banca e Finanças Internacionais, pela London Metropolitan University, tendo estudado Comércio Internacional na Universidade de Vigo (Espanha). É casado e em 2010 foi pai de uma menina chamada Ema.



José Fernando Augusto Moreno

Licenciado em Antropologia, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Mestre em Gestão e Administração, pela Universidade Católica Portuguesa. É Administrador Executivo da SOFID, desde 13 de Maio de 2010. Entre 2001 e 2010, foi Subdirector-Geral do GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações

Internacionais, do Ministério das Finanças, tendo respondido pela área da cooperação internacional. Em representação de Portugal, foi membro do Conselho de Administração do CEB - Banco de Desenvolvimento do Con-

selho da Europa; Integrou ainda as Comissões de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe. Foi igualmente nomeado Governador Suplente por Portugal no IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, durante vários anos. É casado e tem uma filha com 17 anos



João Henrique Real Pereira

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas e pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica, mestre em Gestão pela Boston University, é Administrador da SOFID desde Dezembro de 2009. No Grupo Caixa Geral de Depósitos desempenhou diversas funções: Presidente do Conselho de Administração do

BCA - Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), Director Coordenador da Direcção Internacional (Lisboa) e Administrador Executivo do Mercantile Bank (África do Sul). Anteriormente, foi Director do Banco Alves Ribeiro, Consultor de várias empresas, Administrador Executivo do ICEP, Director da Companhia Portuguesa de Rating, Administrador da Lisaltur, Financial Controller do Chase Manhattan Bank (Lisboa) e Técnico de Inspeção de Crédito no Banco de Portugal.

Relativamente à actividade académica foi Professor Auxiliar Convidado do Mestrado de Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa e Professor Auxiliar Convidado da Licenciatura em Economia na Universidade Nova de Lisboa.



Pedro Roberto Menéres Cudell

Licenciado em Economia e Gestão de Empresas pela Universidade de Évora (ISESE) e em Marketing Internacional e Comércio Exterior pela Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). É Administrador da SOFID desde 2007. Antes de ter integrado o Banco Espírito Santo, foi Assistente da Direcção Internacional no Banco Totta e Açores (Lisboa)

e Membro da Direcção Comercial no Banco Totta Standard de Angola (Luanda). Foi Chefe de Divisão de Comércio Exterior e Marketing Internacional no Banco Comércio e Indústria de São Paulo (São Paulo), representou o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em Lisboa, tendo sido Director Geral no Bahrein e exercido essa mesma função em Madrid. Foi ainda Director Geral na União de Bancos Portugueses (Luxemburgo) e Administrador Delegado no Banque Espírito Santo et de la Venetie (Paris). Actualmente é Assessor do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo (Lisboa) e Presidente do Banco Espírito Santo Cabo Verde.

Membros do Conselho de Administração que terminaram o seu mandato a 12 de Maio de 2010

Álvaro João Duarte Pinto Correia

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, exerceu as funções de Presidente do Conselho de Administração da SOFID até 12 Maio de 2010. No decorrer da sua vida profissional exerceu ainda funções técnicas na Sonefe (Portugal e Angola), foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Seguradores, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Seguradores, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Fidelidade SA, Administrador da Caixa Geral de Depósitos, Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos, Presidente do Conselho de Gestão do Banco Totta & Açores. Foi ainda Secretário de Estado da Construção Civil (VI Governo Provisório) e da Habitação e Urbanismo (II Governo Constitucional). É Comendador da Ordem de Mérito Industrial e Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Hélder Jacinto de Oliveira

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, foi Presidente da Comissão Executiva da SOFID até 13 de Maio de 2010. Antes foi Director Central do Banco BPI (Gabinete para Angola), Administrador Executivo da Fundação Portugal-África, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Director Coordenador do Banco de Fomento e Exterior – Área Internacional, Administrador da TRADINGPOR – Empresa de Comércio Externo de Portugal SA, Administrador da EURO-FINANCEIRA – Sociedade de Investimentos SA e Administrador da MULTIMÓVEL (SGII). Vice-presidente do Conselho de Gestão da Notícias Capital, Adjunto para Assuntos Económicos e Financeiros do Secretário de Estado da Indústria Pesada e Ministro da Indústria e Energia, Actualmente é Presidente do Conselho de Administração da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador Executivo da Fundação Portugal-África e Administrador, não executivo, da AMSCO-African Management Services Company (Amsterdão); Monitor de cursos de pós-graduação em Engenharia, Comércio Internacional e Gestão do Sector de Transportes no âmbito da Universidade Nova de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa e Instituto Superior de Transportes; e Membro da Direcção da Ordem dos Economistas.

Francisco Xavier Zea Mantero

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi Membro da Comissão Executiva da SOFID até 13 de Maio de 2010. É Presidente da Comissão Executiva da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, membro do Conselho de Administração do EBCAM – European Business Council for Africa and the Mediterranean, de que foi Presidente de 1 de Julho de 2006 a 30 de Julho de 2007, e Secretário-Geral da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Desempenha igualmente as seguintes funções: Membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, membro do Conselho de Orientação do Instituto de Investigação Científica Tropical, e Curador da Fundação Portugal-África, desde a sua constituição. No passado, entre outras, exerceu as funções Director da Associação Comercial de Lisboa/Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, repre-

sentante de Portugal na European Union Cocoa Trade Organization, Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto da Cooperação Portuguesa e consultor do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

José Manuel Silva Veiga de Macedo

Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Exerceu o cargo de Administrador da SOFID até 13 de Maio de 2010. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração do BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Londres), Administrador do Banco Popular Comercial e da Banque BCP (Paris). Desempenhou igualmente as seguintes funções: Delegado do ICEP em França, Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Administrador da Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, Vogal do Conselho de Gerência da RTP – Radiotelevisão Portuguesa e da Tabaqueira - Empresa Industrial de Tabacos, Presidente da Comissão de Fiscalização da EPAL e ainda Chefe de Gabinete do Primeiro Ministro e Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Nacional do Plano.

Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, Bacharel em Contabilidade pelo Instituto Comercial de Sá da Bandeira e fez Programas para Executivos na Universidade de Chicago, no INSEAD e na AESE. Foi Administrador da SOFID até 12 de Maio de 2010. Exerceu funções de consultoria na Deloitte durante 9 anos, Director de Auditoria para a América do Norte da Philip Morris, durante 4 anos, tendo depois entrado para o Banco Comercial Português. Foi Director Coordenador do Private Banking, Membro do Comité Executivo de Private Banking e Asset Management, Administrador do Millennium Bank (Grécia), do Millennium Bank (Turquia), Director Delegado da Madeira, Director Coordenador Adjunto de Corporate e Empresas e Director de Banca de Investimento do Mbcip Investimento. Exerceu ainda funções docentes na Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é Director Coordenador da Direcção Internacional e Membro do Comité de Coordenação da Banca de Investimento e Corporate. É Co-Chairman do European Council do BAFT-IFSA (ABA-American Banking Association) e Membro da Comissão Executiva Alliance des Banques pour la Méditerranée. Tem ainda as qualificações profissionais de Revisor Oficial de Contas (ROC) e de Advogado (inscrição suspensa).

Camilo Lampo Martins de Oliveira

Licenciado em Direito e com um MBA pela Universidade Católica de Lovaina, foi Administrador da SOFID até 12 de Maio de 2010. Anteriormente desempenhou funções como Assessor do Secretário de Estado da Indústria para as Relações Internacionais, Vogal na Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa, Delegado Permanente de Portugal ao Comité da Indústria da OCDE, Director do Office Commercial du Portugal em Bruxelas, Professor convidado da Universidade Católica Lovaina, Perito da CNUCED e PNUD para países da África francófona, Portuguese Trade Commissioner nos EUA, Presidente do ICEP, Head of Delegation da Portuguese Trade Commission para a Ásia do Pacífico e ainda Comissário Geral de Portugal para a Exposição Universal de Aichi (Japão). É Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique e Comendador das Ordens do Mérito e de Leopoldo da Bélgica.

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

Ver nota biográfica no Conselho Estratégico.

Mesa da Assembleia Geral

Agostinho Pereira de Miranda

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SOFID desde 2007. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, pós-graduado em Direito Internacional pelo The Center for American and International Law (Dallas, EUA), é Presidente do Conselho de Administração da Miranda Correia Amendoeira & Associados, Sociedade de Advogados RL.

António Manuel Caetano Martins

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, é o Secretário da Mesa da Assembleia Geral da SOFID e Secretário da Sociedade desde 2007. Desempenhou durante 20 anos funções no Banco Nacional Ultramarino, Departamento de Documentação e Informação, Direcção Jurídica, e na Sucursal BNU – Macau, como advogado e consultor jurídico. Foi Administrador da sociedade Hestmona Limited e Macau Hotel Company Ltd, e vogal do Conselho Fiscal da Sociedade Financeira de Desenvolvimento de Macau SARL. Foi Advogado e Notário Privado em Macau. Em 1993 ingressou no Banco de Fomento e Exterior e actualmente é Técnico Jurista no Banco BPI.

Conselho Fiscal

Teresa Isabel Carvalho Costa

Presidente do Conselho Fiscal desde 2007 é Licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, concluiu uma Pós-graduação em Análise e Interpretação de Demonstrações Financeiras USDA, pelo Graduate School de Washington e um Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa. Desempenha actualmente funções de Chefe de Divisão do Departamento de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Administradora da PVCi (Portuguese Venture Capital Initiative - Sociedade de Capital de Risco), Presidente do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e Presidente da Assembleia-Geral da Lusa – Agência de Notícias de Portugal. Foi ainda Assessora do Conselho de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Membro do Conselho de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, em Washington.

Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, é Vogal do Conselho Fiscal da SOFID desde 2007. É Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Anteriormente foi Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF, Directora do Gabinete de Prospectiva e Coordenação e Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações da Direcção-Geral do Tesouro. Enquanto técnica superior do Tesouro exerceu funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais, Planeamento, Organização e Coordenação e Gabinete de Estudos. É ainda Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa de Desenvolvimento Mineiro e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

BDO & Associados – SROC Vogal do Conselho Fiscal.

Pedro Manuel Aleixo Dias

Pedro Manuel Aleixo Dias é, desde 1985, CEO, Senior Partner e Revisor Oficial de Contas da BDO & Associados – SROC. É ROC efectivo da SOFID em representação da BDO desde 2007. É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa e é Mestre em Gestão (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é responsável por trabalhos de revisão legal de contas, auditoria, formação profissional e consultoria em empresas nacionais e estrangeiras, sendo especialista nos sectores bancário e segurador, moeda única, normas internacionais de contabilidade, entre outras áreas. Exerceu funções de Director no Departamento de Supervisão Bancária do Instituto Emissor de Macau, em comissão de serviço a convite do Governo. É ainda Membro da Comissão Executiva e Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), das Comissões Técnicas das Firmas Internacionais de Auditoria (representante mundial no SWG – Auditing & Financial Reporting e representante português no PCG – Regulatory Contact Partner), e da Comissão Técnica da Transparência Estatística da UFI – Union des Foires Internationales).

João Paulo Torres Cunha Ferreira

Licenciado em Gestão pelo ISEG, inscrito como Revisor Oficial de Contas. É Vogal Suplente do Conselho Fiscal da SOFID desde 2007, sendo Senior Manager da BDO & Associados - SROC, onde colabora desde 1988. Enquanto Director do Departamento de Auditoria é responsável por trabalhos de Revisão Legal de Contas, Auditoria, Formação Profissional e Consultadoria. Ao longo da sua experiência profissional trabalhou com diversas empresas: Águas de Portugal, Reditus, Sporting SAD, Key Plastics Portuguesa, Grupo Ferroviário, Convex, IPAD, HARII e CIDAC. Coordenador de trabalhos especiais, como projectos de formação, due diligences, fusões e avaliações. Responsável por trabalhos na área da cooperação, com experiência em projectos em Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Formador qualificado de acordo com as normas do INOFOR.

Conselho Estratégico

O Conselho Estratégico da SOFID foi constituído na Assembleia Geral de 2010. Presidido pelo Presidente do Conselho de Administração da SOFID, e tendo como Vice-Presidente o Presidente do IPAD, o Conselho é ainda composto pelos Presidentes da AICEP e do IAPMEI, pelos membros do Conselho de Administração da SOFID e por dois elementos independentes.

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

Administrador da SOFID até 13 de Maio de 2010, é actualmente Vice-presidente do seu Conselho Estratégico. Preside actualmente ao IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, e antes disso foi Vice-presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, consultor em vários projectos nas áreas da Pedagogia, Desenvolvimento, Culturas Comerciais e Segurança Alimentar. Foi ainda Delegado Nacional às reuniões do CGIAR (Consultative Group for International Agricultural Research), Membro do Steering Committee do European Forum for Agricultural Research Development (EFARD), Membro do Advisory Committee do CTA. É Professor Associado com Agregação do Instituto Superior

de Agronomia (ISA), tendo sido Presidente do Departamento de Agro-Indústrias e Agronomia Tropical. Integrou a Comissão Coordenadora do Curso de graduação em Engenharia Rural e do Ambiente do ISA – UTL e do INIDA de Cabo Verde.

Basílio Adolfo Mendonça Horta da França

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa, é Membro do Conselho Estratégico da SOFID, desde 13 de Maio de 2010. É Presidente do Conselho de Administração da AICEP e docente universitário no ISCSP. Foi Subdelegado e Delegado do Procurador da República, Inspector de Crédito na Inspeção Geral de Crédito e Seguros (Ministério das Finanças), Secretário-Geral da Corporação da Indústria, Director-Geral da Confederação da Indústria Portuguesa, Deputado à Assembleia Constituinte, Deputado à Assembleia da República, Ministro do Comércio e Turismo no II e V Governo Constitucional, Ministro de Estado do VI Governo Constitucional, Ministro da Agricultura Comércio e Pescas no VII Governo Constitucional. Foi igualmente Vice-Presidente da Assembleia da República, Conselheiro de Estado e Embaixador de Portugal junto da OCDE.

Luís Filipe dos Santos Costa

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, na área de Política Monetária e Relações Económicas Internacionais, é Membro do Conselho Estratégico da SOFID desde 13 de Maio de 2010. É actualmente Presidente do Conselho Directivo do IAPMEI, sendo representante do IAPMEI no Conselho Geral do FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento e Presidente do Conselho de Administração da Inovcapital – Sociedade de Capital de Risco. Antes, desempenhou funções de Vogal do Conselho Directivo do IAPMEI, tendo sido responsável pela implementação dos projectos “InovJovem”, “Empresa na Hora” e “Plataforma Inovar”. A sua actividade profissional anterior esteve sempre ligada ao sector financeiro e empresarial. Foi Administrador da PME Investimentos e exerceu cargos dirigentes na Partinvest Imobiliária SGPS SA, na Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA e Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA. Tem igualmente experiência no sector bancário, em instituições como o Banco Português de Negócios SA, o Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria e o Credit Lyonnais Portugal SA.

Francisco Luís Murteira Nabo

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económico Financeiras e com um MBA pela AESE – Escola de Direcção de Negócios, é Membro do Conselho Estratégico da SOFID desde Julho 2010. Actualmente é Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, Curador da Fundação Oriente, Presidente da ELO, Membro do Conselho Empresarial da CPLP, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação da Universidade de Aveiro, Membro da Assembleia Estatutária da Universidade de Lisboa. Presidente do Conselho Geral da

COTEC, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Luso-Brasileira, Vogal do Conselho Geral do Fórum de Administradores de Empresas, Presidente do Conselho Consultivo do INR – Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias e presidente do Conselho do Instituto do ITQB – Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa. Desempenhou várias funções governamentais em Macau (Encarregado do Governo, Secretário-Adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais e Secretário-Adjunto para os Assuntos Económicos) e em Portugal (Secretário de Estado dos Transportes e Ministro do Equipamento Social). Foi também Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Portugal Telecom SGPS, Presidente da COTEC e também Bastonário da Ordem dos Economistas Portugueses.

Antero Baldaia

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e com um MBA pelo INSEAD é Membro do Conselho Estratégico da SOFID desde Julho de 2010. Estando neste momento a iniciar um novo projecto na área de investimentos, foi Director de Investimentos na Amorim Holding, Membro do Conselho de Administração do Banco BIC, do *Board of Directors* da Tom Ford International e do Conselho de Administração da Investimentos Ibéricos. Foi Director *Bank Equity* no BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, com responsabilidade pela gestão e desenvolvimento do *portfolio* de investimentos no capital de bancos em 28 países da Europa Central e antiga União Soviética. No BERD esteve também envolvido em projectos no sector bancário, seguros, leasing e crédito ao consumo, bem como fundos de *private equity*. A sua experiência inclui projectos de reestruturação do sistema financeiro e de privatização. Em representação do BERD, foi membro do Conselho de Administração de diversas instituições financeiras. Em Portugal trabalhou também na Arthur Andersen e no BES.

Remuneração e Outras Regalias dos Membros dos Órgãos Sociais

No âmbito do Acordo Parassocial vigente, apenas são remunerados os Administradores que integram a Comissão Executiva e o Revisor Oficial de Contas que integra o Conselho Fiscal.

Mesa da Assembleia Geral

Os elementos da Mesa da Assembleia Geral, Presidente e Secretário, não auferem qualquer remuneração.

Mandato I – até 12 de Maio de 2010	Un: €	
	Presidente	Secretário
Remunerações 2010	0.00	0.00
Outras Regalias 2010	0.00	0.00

Mandato II – após 12 de Maio de 2010	Un: €	
	Presidente	Secretário
Remunerações 2010	0.00	0.00
Outras Regalias 2010	0.00	0.00

Conselho de Administração

O quadro que se segue descreve e apresenta os valores da remuneração, regalias e compensações dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções até 12 de Maio de 2010. Destes, apenas os membros que integram a Comissão Executiva são remunerados.

Remunerações, Regalias e Compensações 2010

Mandato I - Até 12 de Maio

Unid.: €

	Álvaro Pinto Correia	Hélder de Oliveira	Francisco Mantero	João Real Pereira	José Veiga de Macedo	Camilo de Oliveria	Duarte Ferraz	Pedro Cudell	Augusto Manuel Correia
1. Remuneração									
1.1. Remuneração base/Fixa	0	46,622	38,406	42,146	0	0	0	0	0
1.2. Redução da Lei 12- A (30/06/2010)									
1.2. Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Prémios de gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.5. IHT (sub. Isenção de horário trabalho)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações									
2.1. Gastos de utilização de telefones	0	0	543	151	0	0	0	0	0
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	0	3,254	3,542	3,542	0	0	0	0	0
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	0	529	382	900	0	0	0	0	0
2.4. Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.5. Subsídio de refeição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.6. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais									
3.1. Regime convencionado	0	3,530	3,958	6,780	0	0	0	0	0
3.2. Seguros de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3. Seguros de vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Informações Adicionais									
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2. Regime convencionado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2.1 Segurança Social (S/N)	-	S	S	N	-	-	-	-	-
4.2.2 Outro (S/N)	-	N	N	S	-	-	-	-	-
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa	-	2008	2009	2008	-	-	-	-	-
4.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O quadro que se segue descreve e apresenta os valores da remuneração, regalias e compensações dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções a partir de 12 de Maio de 2010. Destes, apenas os membros que integram a Comissão Executiva são remunerados.

Remunerações, Regalias e Compensações 2010

Mandato II - Após 12 de Maio

Unid: €

	António Rebelo de Sousa	Diogo Gomes de Araújo	José Moreno	João Real Pereira	Pedro Cudell
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa	0	88.486	75.361	61.814	0
1.2. Redução da Lei 12- A (30/06/2010)	0	-2.826	-2.402	-2.402	0
1.2. Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.3. Prémios de gestão	-	-	-	-	-
1.5. IHT (sub. Isenção de horário trabalho)	-	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones	0	813	496	1.646	0
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	0	6.259	6249	6.548	0
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	0	759	815	1.390	0
2.4. Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.5. Subsídio de refeição	-	-	-	-	-
2.6. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime convencionado	0	11.541	5.092	9.865	0
3.2. Seguros de saúde	-	-	-	-	-
3.3. Seguros de vida	-	-	-	-	-
3.4. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	-	-	-	-	-
4.2. Regime convencionado	-	-	-	-	-
4.2.1 Segurança Social (S/N)	-	S	N	N	-
4.2.2 Outro (S/N)	-	N	S	S	-
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa	-	2008	2009	2008	-
4.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	-	-	-	-	-
4.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-

Conselho Fiscal

A revisão das contas da sociedade foi efectuada pela BDO & Associados – SROC que auferiu, no ano de 2010, € 14.791,60 por este serviço.

Os restantes membros do Conselho Fiscal não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho dos respectivos cargos, nem foram reembolsados por qualquer despesa efectuada ao serviço da Sociedade.

	Un: €		
	Teresa Costa	Maria Teresa Morais	BDO
Remunerações 2010	0.00	0.00	13.332,00
Outras Regalias 2010	0.00	0.00	0.00

A este montante correspondem quatro facturas referentes a serviços prestados em 2010, sendo que a última destas facturas só vencerá em 2011.

Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Estratégia

Para a SOFID o conceito de sustentabilidade está intimamente relacionado com a ambição de crescer de forma integrada, devidamente inserida em comunidade, e incorporando em todas as suas actividades preocupações de ordem económica, financeira, ambiental e social.

Governo da Sociedade

Além de cumprir a legislação em vigor, a SOFID adopta princípios de Bom Governo e assume um claro compromisso com a sustentabilidade social e ambiental nos projectos que apoia. Simultaneamente, aposta numa adequada previsão de riscos e oportunidades, baseando o seu crescimento num modelo de negócio de grande flexibilidade e de proximidade com empresas portuguesas e parceiros locais, proporcionando-lhes sempre que possível produtos desenhados à medida das suas necessidades.

Grau de Cumprimento de Objectivos

Os objectivos da SOFID relativamente à sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental, podem resumir-se nas seguintes preocupações:

- Com a actividade operacional, visando o aumento da actividade comercial que permita a viabilidade da Sociedade.
- Com aspectos financeiros, visando assegurar níveis de *funding* necessários para o funcionamento da Sociedade.
- Com um novo enfoque no capital humano da Sociedade, nomeadamente ao nível de uma gestão adequada dos recursos.
- Com a correcta afectação de recursos, reorientando as actividades da Sociedade para áreas produtivas, em detrimento de áreas de apoio ou de *back-office*.
- Com um aumento da visibilidade da Sociedade, através de acções de comunicação orientadas.
- Com renovada atenção em aspectos ambientais e de eficiência energética.

Em todas estas áreas pode dizer-se que as metas delineadas para 2010 foram atingidas com elevado grau de cumprimento, como é demonstrado pela evolução dos valores dos indicadores de desempenho que a Sociedade regista ao nível operacional, dos recursos humanos e financeiros e da comunicação e imagem.

Políticas

As políticas de sustentabilidade levadas a cabo pela SOFID têm como base os documentos estratégicos e de acção, sendo de destacar:

- A dinamização da actividade comercial, tendo em vista o aumento do número de operações de financiamento.
- A salvaguarda da sustentabilidade económica, social e ambiental dos projectos em que a SOFID participe.
- A exclusão de projectos com carácter especulativo ou que envolvam emprego infantil ou a produção/comercialização de

armas e munições.

- O respeito rigoroso dos preceitos legais e regulamentares dos países de intervenção.
- A adopção sistemática de uma postura não concorrencial, relativamente a produtos e serviços dos bancos comerciais e de outras agências e institutos relacionados com a internacionalização das empresas portuguesas.
- A promoção activa de parcerias com entidades públicas e privadas relacionadas com a internacionalização económica em países emergentes e em desenvolvimento.
- A gestão racional dos recursos humanos, financeiros e materiais, designadamente através de um apertado controlo de custos e recurso ao *outsourcing* no fornecimento de serviços sempre que tal metodologia se revele mais favorável.
- A exigência às empresas por si financiadas de se comportarem segundo regras de elevada integridade em negócios e na governação, bem como fornecerem informação transparente e fiável relativamente à respectiva actividade.

Alguns destes princípios constam de um documento de princípios de responsabilidade subscrito pela SOFID em conjunto com as demais EDFI.

Principais Riscos

A política, as competências e as bases dos procedimentos respeitantes à gestão de riscos encontram-se definidas nos seguintes documentos aprovados pelo Conselho de Administração:

- Manual de Estrutura Orgânica
- Regulamento Geral de Crédito
- Manual de Procedimentos

Dos múltiplos e variados tipos de riscos em que a actividade da SOFID pode incorrer, destacamos como principais:

- Risco Operacional
- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco País
- Risco Legal
- Risco de Reputação

Na sequência da assinatura da Convenção para a Concessão da Garantia Global do Estado entre a Direcção Geral do Tesouro e

Finanças e a SOFID, que prevê a cobertura de 95% dos montantes financiados pela SOFID, a exposição da Sociedade ao risco político inerente às operações onde este seguro for accionado fica razoavelmente limitada. Note-se, no entanto, que o custo da cobertura do risco político pode ter um impacto na competitividade do financiamento da SOFID, podendo traduzir-se num encargo adicional para a Sociedade, caso seja impossível repassar os custos de cobertura do referido risco para o mutuário.

Em 25 de Março de 2010, o Conselho de Administração emitiu uma ordem de serviço onde estão definidos os princípios, critérios e regras para uma adequada avaliação e gestão de riscos. Actualmente, e sem prejuízo de abordagem mais detalhada quanto a áreas de intervenção, pode referir-se que o Sistema de Controlo Interno e o conjunto de normas e procedimentos existentes abrangem a maior parte das funções da SOFID, tanto as de natureza administrativa como as operacionais.

Cumprimento de Princípios de Gestão Adequada

Responsabilidade Social

Durante o ano de 2010, a SOFID continuou a praticar princípios inerentes a uma gestão empresarial dinâmica e responsável. A promoção de igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos e a não discriminação são princípios sempre presentes na actividade da SOFID e nas operações de financiamento aprovadas. Expressão dessas práticas são a colaboração efectuada com o Programa Escolhas do ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, na identificação de candidaturas a estágios na SOFID ou, a nível operacional, a consideração sistemática de critérios relacionados com a igualdade de género e a integração ou envolvimento das comunidades locais, na apreciação de projectos apresentados pelos seus clientes.

Gestão do Capital Humano

A SOFID afirmou-se como uma empresa moderna e familiarmente responsável ao promover horários de trabalho conducentes a um equilíbrio entre as vidas profissional e familiar. A crescente preocupação com questões de higiene e segurança no trabalho, a aposta na formação profissional, o convite a familiares de colaboradores para eventos promovidos na Sede da Sociedade, o registo da primeira licença de parentalidade partilhada entre um dirigente da Sociedade e a sua mulher, a organização do primeiro Team Retreat são sinais do compromisso da SOFID na valorização do bem-estar e na motivação daqueles que nela trabalham.

Adopção de Boas Práticas Ambientais

Em 2010, foi organizada, pela primeira vez, uma sessão de sensibilização ambiental e de eficiência energética denominada “Vamos Aumentar a Nossa Energia!”. Na sequência desta acção foram adoptadas medidas concretas de reciclagem e reutilização de desperdícios, como a aquisição de um ecoponto e a reutilização de folhas papel. Também foram propostas medidas de poupança de recursos energéticos e de soluções de consumo mais amigas do ambiente, como a substituição de garrafas de plástico por dispensadores de água. Em matéria ambiental, SOFID procurou internamente contribuir também para uma maior educação ambiental e reduzir a sua pegada ecológica, envolvendo nesse desiderato todos os seus colaboradores e dirigentes.

A SOFID procura, tanto na sua actividade quotidiana, como nos projectos por si financiados, contribuir para deixar um mundo melhor às gerações vindouras.

Desenvolvimento Sustentável

Como referido na secção anterior a SOFID, no âmbito do desenvolvimento sustentável, tem promovido a protecção ambiental através da sensibilização dos seus colaboradores e clientes, tendo implementado medidas para aumentar a reciclagem, a reutilização e a eficiência energética.*

No âmbito do desenvolvimento sustentável, a SOFID tem apostado no aumento da sua produtividade, canalizando recursos para actividades técnicas e produtivas, em detrimento de actividades de apoio. A forte orientação para o cliente e para a satisfação das suas necessidades, através da oferta de um serviço de excelência e com produtos à medida, o compromisso com os mais elevados padrões éticos e a preocupação com os diferentes impactes decorrentes da nossa actividade são aspectos fundamentais para o crescimento sólido e sustentável da SOFID.

Contribuição para a Inclusão Social e a Empregabilidade

Neste âmbito é de destacar o lançamento do Programa de Estágios Profissionais, do qual resultou o recrutamento de três jovens estagiários.

Serviço Público e de Satisfação das Necessidades da Empresa

Os instrumentos de apoio à internacionalização da economia portuguesa são fundamentais para a melhoria da competitividade das empresas portuguesas no contexto global. Assim, no âmbito das suas competências e do seu mandato, a SOFID cumpre o papel de principal instrumento de apoio ao investimento directo das empresas portuguesas, nomeadamente das PME, em países fora da OCDE.

* Parágrafo incluído na Adenda ao Relatório e Contas 2010 aprovado pelo Conselho de Administração a 24 de Maio de 2011.

Salvaguarda da Competitividade da Empresa - Investigação, Inovação e Desenvolvimento

Pela própria natureza do negócio, a competitividade da SOFID reside fundamentalmente no seu equilíbrio financeiro e no resultado das suas acções operacionais. Não obstante, a implementação de uma solução de suporte ao negócio, em meados de 2010, assim como a implementação de outras ferramentas de gestão, permitiram aumentar os níveis de produtividade e, conseqüentemente, a competitividade da Sociedade.

Plano de Actividades 2011

No Plano Estratégico 2010-2012 foram delineados princípios, orientações, áreas de intervenção e objectivos quantitativos, com o intuito de definir o rumo da SOFID para o triénio. O Plano de Actividades 2011, aprovado pelo Conselho de Administração a 14 de Dezembro, deriva do que foi implementado em 2010, constituindo a segunda fase de operacionalização do referido Plano Estratégico.

Área Comercial

Em 2011, a SOFID dará continuidade à constituição de uma carteira de crédito diversificada, assente em critérios exigentes de análise de risco e através de acções bem definidas.

- Manter o ímpeto na realização de um elevado número de reuniões com empresas.
- Reforçar a actividade de acompanhamento de projectos e clientes, através de ferramentas informáticas adequadas.
- Promover visitas a empresas incluídas no *pipeline* ou na carteira de projectos.
- Realizar Workshops SOFID "Promovendo Oportunidades de Financiamento ao Investimento".
- Participar em seminários e conferências temáticas promovidas por parceiros e das quais resultem apresentações da SOFID.
- Realizar encontros na SOFID com conselheiros e adidos comerciais das embaixadas de países beneficiários sediadas em Lisboa.

Área Internacional

A afirmação da SOFID como gestora de fundos sob mandato e as relações privilegiadas que mantém com Instituições Financeiras Internacionais permite alavancar fundos e partilhar riscos.

- Assinar um Acordo de Gestão com o Estado relativamente ao InvestimoZ, para afinar a sua operacionalização.
- Apoiar a Comissão Conjunta do InvestimoZ na preparação da Estratégia de Investimentos do Fundo.
- Finalizar, apresentar e implementar o Plano de Actividades 2011 para o InvestimoZ, incluindo actividades de promoção em Portugal e em Moçambique.
- Preparar e editar uma brochura sobre o InvestimoZ, dirigida às empresas.
- Continuar diligências no sentido de apresentar, para aprovação pelo ITF, operações de financiamento de infra-estruturas em África.
- Preparar e editar uma brochura sobre o ITF e NIF dirigida a entidades interessadas.
- Plano de promoção e divulgação do ITF e do NIF junto de associações de construção civil e obras públicas, assim como de embaixadas e empresas relevantes.
- Continuar a participar nas reuniões da rede EDFI, assim como aquelas referentes aos *financiers* do ITF e do NIF.
- Continuar diligências no sentido de concretizar operações conjuntas com bancos de desenvolvimento congéneres da SOFID e, em particular, com os quais a SOFID celebrou protocolos (Proparco e Cofides).
- Organizar evento paralelo à Assembleia Anual do Banco Africano de Desenvolvimento, dirigido ao sector privado.

Área Financeira

O controlo adequado de custos e a gestão do financiamento da actividade da SOFID serão determinantes para 2011.

- Continuar a implementar o Plano de Redução de Custos, finalizando renegociações de contratos com fornecedores.
- Continuar a preparar o aumento de capital em EUR 10 milhões.
- Continuar a estudar soluções de *funding*.

Área da Comunicação

Através de uma comunicação activa, a SOFID pretende ser reconhecida como uma instituição sólida que adiciona valor ao processo de internacionalização das empresas portuguesas.

- Implementar da Estratégia de Comunicação, reforçando a notoriedade pública da SOFID e promovendo acções de comunicação mais precisas.

- Reeditar materiais de publicidade e *marketing* (folhetos, *roll-ups*, etc.).
- Publicar relatórios anuais 2008, 2009 e 2010 da SOFID em formato digital e com adequado tratamento gráfico.
- Continuar a reestruturação do sítio da Internet, mantendo-o permanentemente actualizado.
- Divulgar relatórios e informação seleccionada junto de *stakeholders*.
- Promover eventos culturais dentro das instalações da SOFID, sob o tema "Abrir a Sociedade à Sociedade".
- Celebrar protocolos com novas associações empresariais e câmaras de comércio.
- Participar nos Encontros Anuais de Embaixadores, através de convite do SENEK e da AICEP.
- Participar na Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras.
- Promover visitas de accionistas e outras partes interessadas à SOFID.
- Reforçar a relação da SOFID com Missões Diplomáticas dos principais países beneficiários localizadas em Lisboa.

Área Institucional

A SOFID desempenha um papel central no reforço de parcerias institucionais no âmbito da rede de internacionalização e da cooperação portuguesas.

- Elaborar e Implementar os Planos de Iniciativas Conjuntas 2011, no âmbito da operacionalização dos protocolos celebrados com a AICEP, Câmara de Comércio Portugal Cabo Verde e Câmara de Comércio Portugal Moçambique.
- Celebrar novos protocolos, em substituição dos memorandos já existentes, com bancos locais em Cabo Verde.
- Celebrar protocolos com novos bancos parceiros em países prioritários e com outras instituições financeiras.
- Finalizar a celebração de protocolos com o IPAD e o GPEARl do MFAP.

Área de Recursos Humanos

O reforço das competências e o crescimento sustentado dos recursos em áreas produtivas, de criação de negócio são as apostas da SOFID para 2011.

- Contratação de dois analistas financeiros jovens, de modo a reforçar as áreas de análise de projectos.
- Manter o Programa de Estágios Profissionais para jovens licenciados, de modo a promover a empregabilidade e a reforçar pontualmente algumas áreas da SOFID.
- Apostar na formação profissional, alargando as valências do capital humano da Sociedade.
- Promover, no âmbito da colaboração com a Caixa Capital, a formação em Análise de Projectos de Capital de Risco.
- Finalizar o plano de contingência da SOFID.



Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Princípios de Bom Governo		Grau de Cumprimento	Fundamentação
I. Missão, Objectivos e Princípios gerais de Actuação	Cumprir, respeitar e divulgar a missão e os objectivos e políticas económicas, financeiras, social e ambiental.	Cumprido	A SOFID divulga através do seu portal informação sobre a sua missão e objectivos, incluindo nos seus relatórios anuais a avaliação do seu cumprimento. A referida informação é ainda disponibilizada no portal do SEE (DGTF).
	Elaborar Planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.	Cumprido	A SOFID aprovou um Plano Estratégico para o triénio 2010-2012. Anualmente aprova ainda um Plano de Actividades e um Orçamento Plurianual para os próximos três anos, adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
	Adoptar Planos de Igualdade.	Cumprido	A SOFID adoptou as melhores práticas de igualdade, nomeadamente através da contratação de colaboradores de ambos os géneros, e promovendo a licença de parentalidade partilhada de um dos seus dirigentes com a sua mulher.
	Reportar, anualmente, de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos traçados, da forma de como a política de responsabilidade social foi cumprida, do desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e da forma da salvaguarda da sua competitividade.	Cumprido	A SOFID reporta anualmente, através do seu Relatório e Contas, a forma como foi prosseguida a sua missão e o grau de cumprimentos dos objectivos traçados. Igualmente divulga a sua actividade ao nível de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de serviço público e de garante da sua competitividade.
	Cumprir a legislação e a regulamentação através de um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.	Cumprido	A SOFID cumpre integralmente a legislação e a regulamentação aplicada ao Sector Empresarial do Estado e às Instituições Financeiras reguladas pelo Banco de Portugal.
	Tratar com respeito e integridade todos os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal.	Cumprido	A SOFID promove um ambiente de trabalho são, motivador e com oportunidades de valorização do seu capital humano, nomeadamente através de acções de formação.
	Ter a obrigação de tratar com equidade todos os fornecedores, clientes e restantes titulares de direitos legítimos, divulgar os procedimentos adoptados em matéria de aquisição e adoptar critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia e que garantam a igualdade de oportunidades.	Cumprido	Apesar de não estar sujeita às regras da Contratação Pública nem ao Código dos Contratos Públicos, a SOFID segue as melhores práticas de aquisição de bens e serviços, promovendo um processo concorrencial baseado em princípios de economia, eficácia e igualdade de oportunidades, e optando sempre no melhor interesse da Sociedade. O total de aquisições é inferior a €1 milhão.
	Possuir ou aderir a um Código de Ética.	Cumprido	A SOFID aprovou e disponibiliza publicamente o seu Código de Ética no seu portal de Internet e no sítio do SEE (DGTF).
Adoptar Políticas de investigação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias.	Cumprido	A SOFID adoptou diversas soluções tecnológicas no decorrer de 2010, sendo de destacar a nova Arquitectura de Suporte ao Negócio.	
II. Estruturas de Administração e Fiscalização	Garantir que o nº de membros não excede o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector.	Cumprido	A SOFID viu o seu número de membros do Conselho de Administração ser reduzido em 44% em 2010, estando agora, em conjunto com o Conselho Fiscal, mais equilibrado e condizente com a dimensão e a estrutura da Sociedade.
	Assegurar que o modelo de governo assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização	Cumprido	O modelo de governação da SOFID assegura a segregação de funções entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Além da avaliação que os membros não executivos fazem da prestação dos executivos, todos os membros do Conselho de Administração procedem de forma confidencial e anónima à sua auto-avaliação e à avaliação dos seus pares. Adicionalmente, e no decorrer de obrigações do Banco de Portugal, a SOFID tem um Auditor Interno.
	Elaborar e emitir um relatório de avaliação de desempenho anual individual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros do órgão de fiscalização.	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, a avaliação de desempenho dos membros executivos, dos demais membros do Conselho de Administração, assim como das estruturas de governo.
	Assegurar que as contas são auditadas por entidades independentes.	Cumprido	A SOFID tem um ROC que é membro do Conselho Fiscal da Sociedade e que, mediante acesso a toda a estrutura e informação internas, certifica anualmente as contas da SOFID. Esta situação afigura-se adequada à dimensão da Sociedade.
	Implementar um sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Cumprido	A SOFID tem um Sistema de Controlo Interno que abarca todos os riscos relevantes para a sua actividade, bem como a identificação de controlos-chave para os mitigar.
Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido	O novo Conselho de Administração da SOFID, eleito em Maio, manteve apenas dois dos nove elementos do mandato anterior. Com apenas três anos de actividade, ainda não foi necessário rodar o Auditor Externo e os membros do Conselho Fiscal. No entanto, por imposição legal, o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.	

Princípios de Bom Governo		Grau de Cumprimento	Fundamentação
III. Remuneração e Outros Direitos	Divulgar, anualmente, as remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de Administração.	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu sítio de Internet e do portal do SEE (DGTF) a remuneração total de cada membro executivo do Conselho de Administração, uma vez que os demais membros e órgãos, à excepção do ROC, não auferem qualquer remuneração.
	Divulgar, anualmente, as remunerações auferidas por cada um dos órgãos de fiscalização;	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu portal e do sítio do SEE (DGTF), a remuneração do Conselho Fiscal e do ROC.
	Divulgar, anualmente, os restantes benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	A SOFID divulga publicamente, através do Relatório e Contas, do seu portal e do portal do SEE (DGTF), os benefícios, regalias e compensações do Conselho de Administração, declarando que os restantes órgãos sociais não beneficiam de quaisquer benefícios adicionais.
IV. Prevenção de conflitos de interesses	Garantir a abstenção, por parte dos membros dos órgãos sociais, em decisões que envolvam o seu próprio interesse.	Cumprido	A SOFID tem processos e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente através da abstenção por parte de membros dos órgãos sociais em decisões em que possam ter interesses.
	Garantir a declaração, por parte dos membros dos órgãos sociais, de quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa.	Cumprido	A SOFID e os membros dos seus órgãos sociais cumprem todas as disposições legais de transparência, incluindo a comunicação: à Inspeção-Geral de Finanças, da declaração de interesses patrimoniais; ao Tribunal Constitucional, da declaração de interesses; ao Banco de Portugal, da declaração de inexistência de créditos na Sociedade; e à Procuradoria Geral da República, da declaração de inexistência de incompatibilidades.
	Garantir a declaração, por parte dos membros dos órgãos sociais, de relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	A SOFID tem processos e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente através da declaração por parte de membros dos órgãos sociais de quaisquer relações que possam manter com fornecedores, IC ou outros susceptíveis de gerar conflito de interesse.
V. Divulgação de informação relevante	Assegurar a divulgação pública de todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.	Cumprido	A SOFID tem uma política de divulgação de informação relevante, que possa afectar a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.
	Disponibilizar, no sítio das empresas do Estado, de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.	Cumprido	A SOFID tem actualizado o carregamento de informação relevante no SIRIEF, nomeadamente ao nível financeiro e da identificação de todos os membros dos seus órgãos sociais.
	Incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.	Cumprido	A SOFID tem incluído desde o Relatório e Contas 2009 um capítulo dedicado exclusivamente ao Governo da Sociedade.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	n.a.	Apesar da dimensão e a actividade da SOFID não justificar um provedor do cliente, qualquer cliente insatisfeito pode, caso queira, contactar o Presidente do Conselho de Administração.

Apresentação do Código de Conduta

A SOFID tem desde Abril de 2009 um Código de Conduta e que pode ser consultado em www.sofid.pt A Sociedade tem igualmente presente e respeita todos os princípios de ética e conduta aplicáveis às instituições financeiras, ao Sector Empresarial do Estado e às EDFI.

Sistema de Controlo Interno

Na SOFID encontra-se implementado um conjunto de normas e procedimentos internos, em conformidade com os princípios e regras emanadas do Banco de Portugal. O Relatório Anual de Controlo Interno, cuja elaboração evidenciou a estrutura organizativa adoptada pela Sociedade, assim como os métodos e pro-

cedimentos internos utilizados visando o controlo de riscos da sua actividade e o cumprimento das normas prudenciais em vigor, foi remetido ao Banco de Portugal, no final do 1º semestre de 2009.

Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesse

A SOFID tem implementado, desde o início da sua actividade, um conjunto de normas e procedimentos a fim de evitar conflitos de interesses entre áreas orgânicas e com os seus parceiros estratégicos, entre as quais as instituições financeiras accionistas.

Divulgação de Informação Relevante

Informação a Constar no Sítio do Sector Empresarial do Estado	Divulgação			Comentários
	S	N	n.a.	
Estatutos Actualizados	S			Os estatutos permanecem os mesmos.
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			Incluído no documento "Plano Estratégico 2010-2012"
Ficha Síntese da Empresa	S			Incluído no documento "Ficha Síntese"
Identificação da Empresa				
Missão	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Objectivos	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Políticas	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Obrigações de Serviço Público	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Modelo de Financiamento	S			Incluído no documento "Caracterização da Empresa"
Modelo de Governo e Órgãos Sociais				
Modelo de Governo	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Identificação dos Órgãos Sociais	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Estatuto Remuneratório Fixado	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Remunerações Auferidas e Regalias	S			Incluído no documento "Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais"
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos Internos e Externos	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Outras transacções	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Avaliação do Cumprimento dos PBG	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Código de Conduta	S			Incluído no documento "Princípios de Bom Governo"
Informação Financeira				
Histórica	S			Incluído no documento "Informação Financeira Histórica e Actual"
Actual	S			Incluído no documento "Informação Financeira Histórica e Actual"
Esforço Financeiro do Estado	S			Incluído no documento "Esforço Financeiro Público"
Informação a Constar no Sítio da SOFID				
Existência de Sítio	S			O sítio (www.sofid.pt) está a ser objecto de uma reestruturação, pelo que não é sempre possível identificar o nome da secção onde encontrar a informação.
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S			O sítio da SOFID, além de incluir secções específicas, também disponibiliza todos os Relatórios e Contas onde consta esta informação.
Organograma	S			Idem
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação dos Órgãos Sociais	S			Idem
Identificação das Áreas de Responsabilidade do CA	S			Idem
Identificação das Comissões Existentes			n.a.	Dada a sua dimensão, a SOFID não tem de comissões especializadas.
Identificação de Sistemas de Controlo de Riscos	S			O sítio da SOFID, além de incluir secções específicas, também disponibiliza todos os Relatórios e Contas onde consta esta informação.
Remuneração dos Órgãos Sociais	S			Idem
Regulamentos Internos e Externos	S			Idem
Transacções Fora das Condições de Mercado			n.a.	Idem
Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	S			Idem
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S			Idem
Código de Conduta	S			Está disponível em secção própria.
Relatório e Contas	S			Estão disponíveis em secção própria.
Provedor do Cliente			n.a.	Apesar da dimensão e a actividade da SOFID não justificar um provedor, qualquer cliente insatisfeito pode contactar o Presidente do Conselho de Administração.

Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Declaração

A metodologia adoptada para a avaliação do desempenho do Conselho de Administração é semelhante à utilizada pelas empresas que apresentam o mais elevado grau de exigência, em termos de “good governance”, procurando-se enveredar por critérios que assegurem objectividade e independência analíticas, o que implica, necessariamente, que se leve em linha de conta as restrições impostas ao exercício da actividade desenvolvida, restrições essas temporais (uma vez que, em termos práticos, o Conselho de Administração eleito a 12 de Maio só pode exercer funções de gestão durante pouco mais do que um semestre) e de enquadramento financeiro geral.

Foi distribuído um questionário a todos os membros do Conselho de Administração, os quais o preencheram de forma individual, anónima e confidencial, e o remeteram ao Presidente do Conselho de Administração, o qual elaborou esta Declaração para publicação no Relatório e Contas 2010, respeitando o disposto no artigo 13º-A do Dec-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro. A pontuação seguiu uma escala de cinco níveis, de “Mau” a “Excelente” e permitindo a opção “Não Sabe”.

Deste modo, nos termos da metodologia utilizada, importará registar as seguintes conclusões fundamentais, relativas à avaliação da actividade e desempenho do Conselho de Administração da SOFID em 2010:

- A **Actividade Global** do CA mereceu uma classificação de elevada qualidade, designadamente no que concerne à composição, organização e funcionamento do CA.
- Ainda no que respeita a aspectos de natureza geral, em termos de **Relevância da actuação do Conselho de Administração**, a classificação também se apresentou Excelente.
- No que respeita ao **trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva**, os membros não-executivos do CA atribuíram-lhe uma classificação de elevada qualidade.
- Numa perspectiva mais particular, o **Número de Membros e a Adequação da Composição do CA** às suas competências mereceram a classificação de Excelente.
- Por outro lado e continuando a particularizar, a actividade desenvolvida na **Área Comercial** e de acompanhamento de projectos, bem como nas **Áreas de Gestão de Risco, da Contabilidade e Finanças, dos Recursos Humanos e da Co-**

municação e Imagem, foi considerada Muito Positiva.

- No que se relaciona com a **Contratação**, muito embora a classificação se apresente Positiva, convirá realçar que se situa a um nível inferior ao da generalidade das demais classificações.
- O mesmo se passou com a apreciação da **Antecedência com que se Disponibiliza toda a Documentação** necessária à concretização das reuniões do CA.
- O **Relacionamento/Comunicação com os Accionistas** e com outros *stakeholders* foi considerada Muito Positiva.
- Em termos instrumentais, quer o **Plano Estratégico**, quer o **Plano de Actividades para 2010** mereceram classificação Muito Positiva.
- No que se refere aos restantes Órgãos Sociais e ao Conselho Estratégico, a avaliação da actividade desenvolvida e desempenho permitiu concluir que:
 - A actuação da **Mesa da Assembleia Geral** se tem apresentado Muito Positiva.
 - O mesmo se tem passado com a **Comissão de Remunerações**¹¹ A Comissão de Remunerações exerceu funções até 12 de Maio, data da Assembleia Geral de 2010. Desde então a Comissão de Remunerações está por nomear..
 - O **Conselho Estratégico** e o **Conselho Fiscal** obtiveram a classificação de Excelente.
- Finalmente, também mereceram classificação Muito Positiva, no que se refere à **Verificação da Independência do ROC e Auditor Externo**.

Não quero, ainda, deixar de referir que, de um modo geral, os membros do Conselho de Administração mereceram uma classificação muito elevada quanto à **Disponibilidade para o Desempenho de Funções** e quanto à **Vocação de Serviço Público**.

Eis, em síntese, os aspectos mais relevantes a salientar no que concerne à auto-avaliação do desempenho do CA, bem como à avaliação dos restantes Corpos Sociais e Conselho Estratégico por parte do Conselho de Administração.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2011



António Rebelo de Sousa
Presidente do Conselho de Administração

Governo da Sociedade

Condições e Níveis de Cumprimento de Orientações e Objectivos de Gestão

Informação constante no sub-capítulo “Missão, Objectivos e Políticas” dentro do capítulo “Governo da Sociedade”.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro, e de acordo com a fórmula de cálculo do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, o Prazo Médio de Pagamento da SOFID em 2010 foi de 10,65 dias, tendo havido uma evolução positiva nos dois últimos trimestres em relação aos dois primeiros.

Evolução Trimestral em 2010				Un: dias
1T	2T	3T	4T	
28,41	16,85	0,00	4,88	

Cumprimento dos Deveres Especiais de Informação

A SOFID cumpriu os seus deveres especiais de informação através do SIRIEF – Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira do Sector Empresarial do Estado.

Reporte à Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças e à Inspeção Geral das Finanças	Divulgação		
	S	N	n.a.
Plano de actividade anual	S		
Plano Estratégico (plurianual)	S		
Orçamento Plurianual, incluindo plano de investimentos, fontes de financiamento e estimativa de operações financeiras com o Estado	S		
Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, acompanhados de relatórios do órgão de fiscalização			n.a.
Cópias das actas das Assembleias Gerais	S		

Cumprimento das Recomendações Decorrentes da Assembleia Geral de 12 de Maio de 2010

Os accionistas solicitaram ao novo Conselho de Administração a preparação de um Plano Estratégico com objectivos para o triénio, a apresentar no prazo de 60 dias, incluindo a revisão do Plano de Actividades e Orçamento aprovados em Assembleia Geral de 12 de Maio de 2010. No dia 9 de Julho, foram remetidos aos accionistas da SOFID o Plano Estratégico 2010-2012, o Plano

de Actividades 2010 e o Orçamento Plurianual 2010-2012, cumprindo integralmente o pedido e respeitando os prazos aprovados em Assembleia Geral.

Cumprimento das Orientações Genéricas sobre Negociações Salariais

Durante o ano de 2010 não houve qualquer aumento salarial na SOFID.

Cumprimento da Não atribuição de Prémios de Gestão em 2010

A informação constante no sub-capítulo “Remunerações e outra regalias dos Membros dos Órgãos Sociais”, dentro do capítulo “Governo da Sociedade”, atesta o cumprimento integral desta disposição.

Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública

Informação constante nos sub-capítulos “Informação sobre outras transacções” e “Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo”, dentro do capítulo “Governo da Sociedade”.

Implementação de Medidas de Racionalização de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A SOFID não faz parte do Sistema Nacional de Compras Públicas.*

Além da informação constante sub-capítulos “Informação sobre outras transacções” e “Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo”, dentro do capítulo “Governo da Sociedade”, o Plano Estratégico 2010-2012, indica como um dos três pilares da intervenção da SOFID a “Eficiência”, sendo referido que “*Aspectos como o controlo de custos e a gestão racional serão determinantes para o sucesso da SOFID.*” No Plano de Actividades 2010 foi identificada a acção de “*Melhorar o controlo de custos fixos, através de medidas de racionalização de recursos humanos e da estrutura de custos (renegociação de contratos, melhorar eficiência energética, optimização de compras).*”

É por isso que, desde o dia da sua eleição, o novo Conselho de Administração tem levado a cabo uma cuidadosa análise dos custos da Sociedade, tendo identificado possibilidades de melhorar a eficiência financeira da empresa através de medidas em quatro áreas:

- **Reestruturação dos Recursos Humanos:** mediante a identificação das necessidades da Sociedade, proceder a reajustes

* Parágrafo incluído na Adenda ao Relatório e Contas 2010 aprovado pelo Conselho de Administração a 24 de Maio de 2011.

necessários para uma maior orientação para as áreas operacionais e produtivas, em detrimento das de apoio e de retaguarda.

- **Renegociação de Contratos:** convite a todos os fornecedores para renegociar contratos de prestação de serviço.
- **Substituição de Consultoria por Serviços Internos:** recorrer essencialmente à capacidade interna da SOFID para a elaboração de documentos técnicos, passando a contratação de serviços externos a ser encarada como uma medida de último recurso.
- **Racionalização e Eficiência na Utilização de Consumíveis:** encontrar soluções para controlar o custo de consumíveis, aproveitando para sensibilizar os colaboradores para a eficiência energética e a reutilização.

Reestruturação dos Recursos Humanos

Depois de termos identificado que a SOFID teria de aumentar consideravelmente a sua actividade comercial, para entrar numa senda de crescimento, tomaram-se as seguintes decisões ao nível dos Recursos Humanos.

- Prescindir dos serviços de quadros seniores para reequilibrar o rácio entre cargos de chefia e técnicos e para libertar recursos para áreas mais operacionais.
- Prescindir dos serviços de apoio, transformando a posição numa posição mista, mais polivalente, à qual foram acrescentadas responsabilidades na área da Comunicação e Imagem.
- Nos termos das Medidas Adicionais e Novas Metas de Consolidação Orçamental, procedeu-se à redução da remuneração dos administradores da Comissão Executiva em 5%, a partir de 1 Julho 2010.

Importa referir que, todas estas medidas foram precedidas pela decisão dos accionistas da SOFID em reduzir o número de membros do Conselho de Administração de nove para cinco, tendo mantido igualmente a remuneração apenas para os administradores executivos.

Renegociação de Contratos

- Renegociação da renda da Sede.
- Renegociação e redução do número de viaturas de serviço.
- Renegociação de contratos de prestação de serviços em outsourcing, como a contabilidade, informática e auditoria.

Substituição de Consultoria por Serviços Internos

A alteração da política interna de privilegiar o conhecimento e a capacidade técnica dos dirigentes e colaboradores da SOFID, em vez de contratar serviços de consultoria externos, permitiu poupanças significativas em 2010.

Racionalização e Eficiência na Utilização de Consumíveis

Apesar de ser a rubrica onde as poupanças geradas são menos significativas, as medidas de racionalização e de eficiência são importantes para que a Cultura SOFID assimile hábitos simples como desligar luzes, reutilizar folhas de papel ou passar a beber água de dispensadores, em vez de água engarrafada.

Cumprimento da Redução da Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

A informação constante no sub-capítulo "Remunerações e outra regalias dos Membros dos Órgãos Sociais", dentro do capítulo "Governo da Sociedade", atesta o cumprimento integral desta disposição.

No desempenho do seu mandato, a SOFID adopta os mais elevados princípios de Bom Governo, assumindo um compromisso com a sustentabilidade social e ambiental nos projectos que apoia.

Actividade em 2010

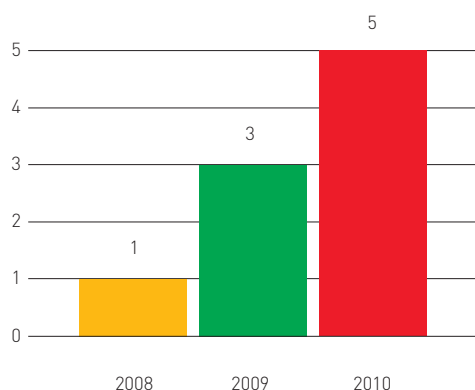
Actividade Operacional

Em 2010 a SOFID aprovou um número recorde de projectos, tendo contratado o dobro de 2009.

A SOFID definiu o incremento da sua actividade comercial como a principal das suas orientações estratégicas e traçou metas específicas a atingir no que respeita a dois indicadores: número de reuniões com empresas e número de eventos locais co-organizados ou participados pela SOFID. Neste sentido, as acções previstas pelo Plano de Actividades 2010 enfatizaram a prioridade de intensificar o contacto directo com empresas e com promotores de projectos, quer no país quer no exterior, como a via mais ajustada à necessidade premente de aumentar o número de operações.

Em 2010 a SOFID aprovou **5 novas operações**, diversificando a sua carteira com mais um projecto em Angola e com a sua primeira operação em São Tomé e Príncipe.

Novos Projectos Aprovados



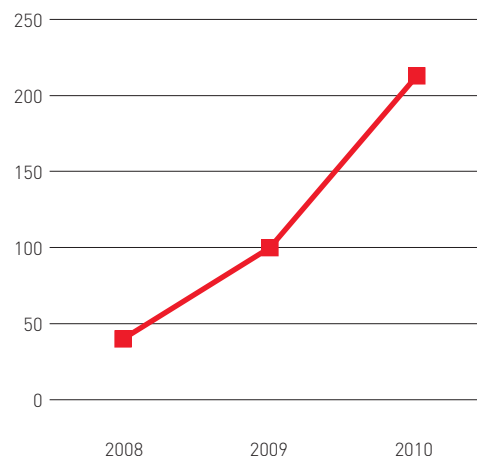
Um dos três projectos aprovados em 2009 foi cancelado por decisão do promotor.

O trabalho de proximidade com o cliente permitiu um número recorde de 217 reuniões, envolvendo 173 empresas diferentes, mais do que duplicando os resultados do ano passado.

No contacto directo com as empresas, os representantes da SOFID desempenharam, muitas vezes, funções de assessoria e aconselhamento sobre pressupostos de viabilização de projectos, riscos de natureza política e empresarial associados às operações, requisitos locais de elegibilidade de projectos, assim como sobre outras questões. Cerca de 85% das propostas ou intenções de investimento apresentadas pelos promotores estiveram direccionadas para três países: Moçambique, com cerca de

metade das intenções, seguido de Angola e Cabo Verde. Estas acções de proximidade com as empresas foram essenciais para alimentar de forma regular e consistente de projectos em preparação, **contribuindo para a identificação de 36 dos 42 projectos que integram o pipeline da SOFID** (31 Dezembro 2010).

Evolução das Reuniões com Empresas



Ainda no âmbito dos contactos com promotores, foram efectuadas **8 visitas a clientes** por todo o país, tendo em vista estreitar relações já existentes e garantir a progressão de projectos em pipeline ou em fase de contratação.

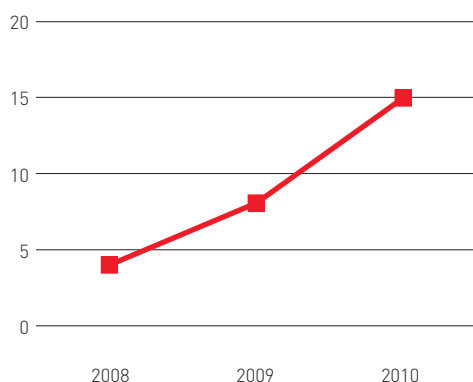
Foram realizados **3 eventos locais**, fora de Portugal: dois Workshops "Promovendo Oportunidades de Financiamento ao Investimento" em Cabo Verde e em Moçambique, organizados pela SOFID em parceria com o Banco Comercial do Atlântico e a AICEP Maputo, respectivamente, e um Workshop SOFID em Luanda, organizado pelo Banco Caixa Geral Totta, em parceria com a SOFID. Estes eventos, que puseram à prova a capacidade organizativa da SOFID no exterior, mobilizaram mais de três centenas de participantes, tendo resultado em importantes momentos de afirmação da Sociedade e de divulgação dos seus produtos, assim como de captação de negócio. Além dos eventos organizados e co-organizados pela Sociedade, a SOFID foi oradora convidada na MEDA Finance, a 2ª Conferência Euro-Mediterrânea de Financiamento, no Egito.

Estes eventos contribuíram também para aprofundar as **parcerias com bancos locais**, permitindo uma maior clarificação do papel adicional da SOFID junto dos seus técnicos e dirigentes. Finalmente, constituíram uma oportunidade para a SOFID reforçar

a colaboração com entidades públicas e privadas locais, designadamente com empresas portuguesas e seus parceiros locais.

A realização de **apresentações e intervenções em conferências e seminários** promovidos por outras entidades (AICEP e associações empresariais) constituiu mais uma importante vertente do trabalho da SOFID na área comercial. **Durante o ano de 2010 mais do que duplicaram estas apresentações em relação a 2009.** Ao participar de forma activa nestes eventos, a SOFID divulgou as suas estratégias, políticas e instrumentos junto de um número considerável de empresários, reforçando parcerias e ligações com outras entidades da rede da internacionalização empresarial e aumentando a sua notoriedade. É de notar que uma parte significativa de empresários que contactam a SOFID afirma ter tido conhecimento da Sociedade, pela primeira vez, justamente através destas conferências e seminários.

Apresentações SOFID



Em 2010, o número de apresentações de elementos da SOFID em conferências e seminários foi superior ao conjunto dos dois anos anteriores.

Outras acções na área comercial incluíram a recolha de **informação sobre empresas portuguesas** com interesses em países emergentes ou em desenvolvimento, tendo-se procedido a uma maior sistematização dessa informação com vista à elaboração de uma base de dados. Foram produzidos os documentos "Guião para a Preparação e Apresentação de Projectos" e "Lista de Produtos e Serviços", os quais, inseridos de forma destacada no portal de internet da SOFID, se revelaram como importantes instrumentos de apoio ao trabalho dos promotores. Foram ainda feitas diferentes apresentações da Sociedade a Missões Diplomáticas de países beneficiários localizadas em Lisboa, nomeadamente Moçambique, África do Sul, e Egipto.

Ciclo do Projecto

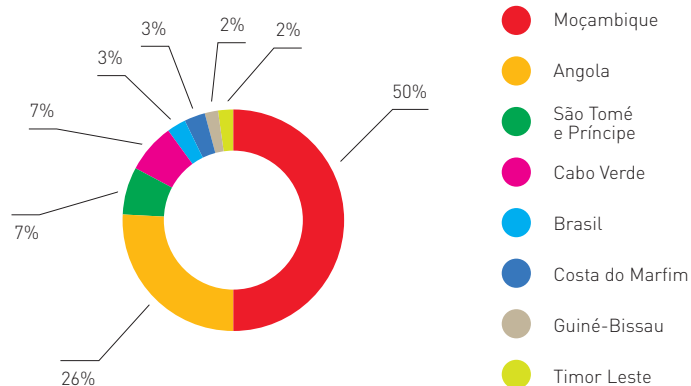


O negócio do financiamento do desenvolvimento do sector privado em regiões fora da OCDE tem especificidades próprias. O risco de se investir num país em vias de desenvolvimento, a inexperience de alguns promotores, as negociações com outros cofinanciadores, fazem com que, no ciclo do projecto, haja um lapso de tempo maior do que o desejado até se atingir as fases de contratação e desembolso. Apesar do curto tempo de resposta da SOFID aos seus clientes a partir do momento em que recebe a apresentação formal do pedido de financiamento, a verdade é que **o Ciclo do Projecto pode ser longo**, havendo etapas que podem levar tempo a superar.

No que respeita ao **Pipeline**, a SOFID tem **42 projectos** no final de 2010, evidenciando um forte enfoque em Moçambique e Angola. Os sectores da agro-indústria e da indústria surgem como os mais representados. Destes 42 projectos, seis (17%) estão em fase de análise para consideração de financiamento.

Pipeline de Projectos

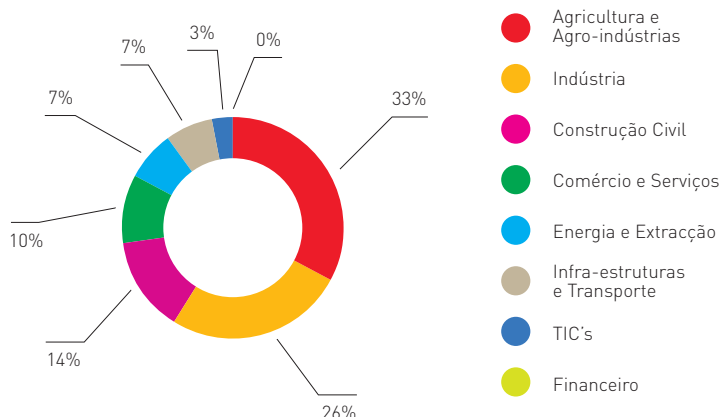
Por País (31 Dezembro 2010)



Actividade em 2010

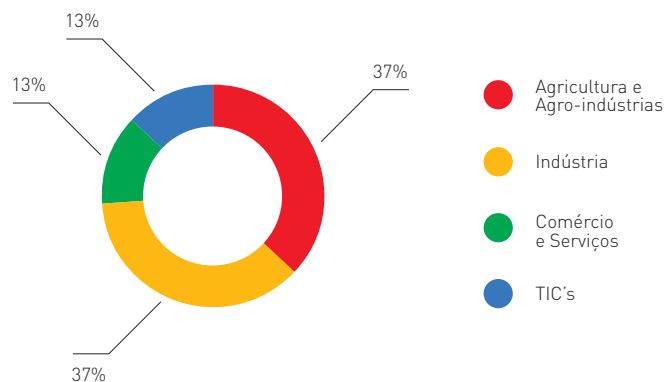
Pipeline de Projectos

Por sector de actividade
(31 Dezembro 2010)



Carteira de Projectos

Por Sector de Actividade
(31 Dezembro 2010)



Finalmente, a **SOFID tem 8 projectos em carteira, dos quais 3 contratados e 5 em fase de contratação**. Ao nível da distribuição por país constata-se novamente uma concentração em Moçambique. Quanto aos sectores de actividade, são preponderantes a agro-indústria e a indústria.

Em termos evolutivos, o crescimento registado em 2010 é apreciável quando comparado com 2009: duplicação de projectos contratados e 167% de aumento nos projectos aprovados.

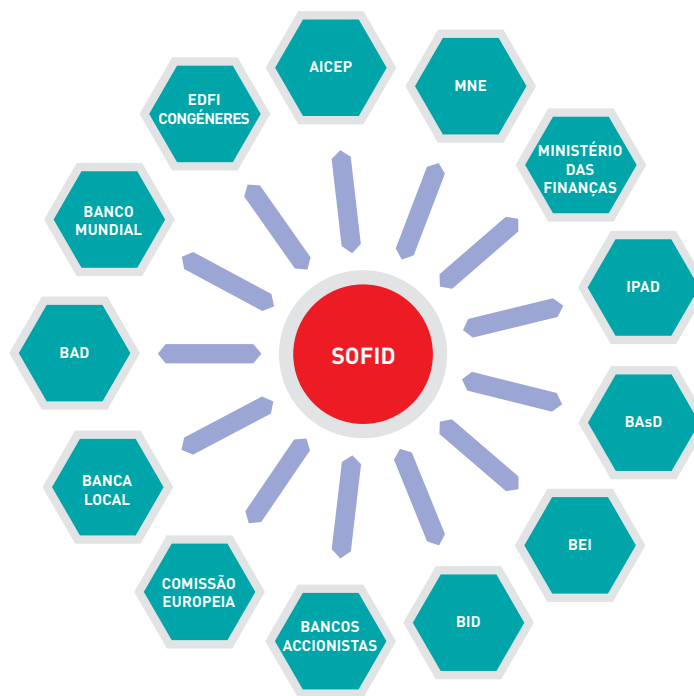
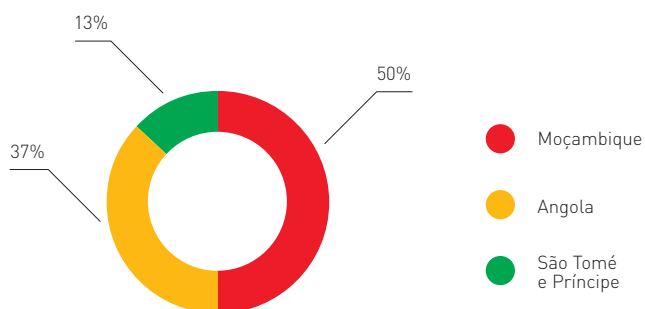
Carteira de Projectos 31 de Dezembro 2010	
Contratados	3
Em contratação	5
Total	8

Parcerias

Uma das principais vantagens competitivas da SOFID é a sua alargada rede de parceiros. O desenvolvimento de parcerias com entidades públicas e privadas, portuguesas ou estrangeiras, que de alguma forma integram a rede da internacionalização de países fora da OCDE é, por isso, considerada fundamental para a SOFID potenciar a sua actividade.

Carteira de Projectos

Por País (31 Dezembro 2010)



Institucionais

Em 2010, a SOFID reforçou as relações institucionais já existentes, apostando na operacionalização de protocolos e no reforço da sua posição como única entidade que financia o Investimento Português no exterior.

No campo institucional, 2010 foi marcado por alguns eventos com significado político

- a integração da SOFID na Missão Oficial do **Primeiro Ministro** a Moçambique, em Março
- a audiência concedida, em Julho, pelo **Presidente da República** ao Conselho de Administração da SOFID;
- a visita de trabalho do **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** à SOFID, em Setembro
- a participação, em Outubro, do **Secretário de Estado do Tesouro e Finanças** no Workshop “Promovendo Oportunidades de Financiamento ao Investimento em Moçambique”, evento que contou também com as presenças dos ministros moçambicanos das Finanças, da Energia e da Indústria e Comércio.

Luís Filipe Catarino/Presidência da República



Audiência com o Presidente da República

Partindo da experiência rica do passado, a actividade em 2010 centrou-se no reforço das relações existentes, através da operacionalização dos vários protocolos assinados pela SOFID com entidades parceiras e no melhor aproveitamento da rede associada à diplomacia económica. Neste sentido, as acções programadas apontaram para o reforço da cooperação com entidades públicas, com instituições financeiras nacionais e instituições financeiras locais e com associações empresariais e câmaras de comércio.

Foram realizadas **reuniões de apresentação** com a generalidade das entidades públicas e privadas com as quais a Sociedade tinha naquele momento protocolos já celebrados: AICEP, BCA,

BI, BES-CV, BCI e BIM.

Especial atenção foi dedicada à operacionalização do protocolo com a AICEP. Definido um **Plano de Acções Conjuntas, este foi plenamente cumprido durante o ano 2010**. São de salientar as seguintes iniciativas:

- integração dos produtos e serviços da SOFID no “Guia dos Instrumentos de Apoio à Internacionalização” da AICEP
- co-organização do Workshop “Promovendo Oportunidades de Financiamento ao Investimento em Moçambique”
- realização de apresentações SOFID nos eventos *Access Africa Forum*, ABC Mercado São Tomé e Príncipe e ABC Mercado Angola – Províncias
- realização de acções de formação sobre a SOFID para gestores de clientes da AICEP, em Lisboa e no Porto
- Inclusão da SOFID na Missão organizada pela AICEP à África do Sul.



Visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Ainda no campo institucional, foram enviados projectos de protocolos de colaboração ao IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e ao GPEARl – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, encontrando-se o processo negocial ainda a decorrer. **A relação institucional com estes organismos é fundamental para a SOFID potenciar a sua actividade**, designadamente através de uma permanente coordenação em matéria de cooperação para o desenvolvimento, diplomacia económica e instituições financeiras bilaterais e multilaterais de desenvolvimento.

Bancos Locais

Ao nível dos bancos locais, foi celebrado um novo protocolo com o Moza Banco de Moçambique. Também foram remetidos **acor-**

Actividade em 2010

dos de operacionalização ao BI, de Cabo Verde e ao Millennium bim, de Moçambique. Estes acordos, sob a forma de anexos a protocolos existentes, estabelecem as regras e os procedimentos para o tratamento de operações conjuntas. Prevê-se que a assinatura destes acordos decorra durante o ano de 2011.

Associações e Câmaras

Em matéria de associações e câmaras empresariais, foram celebrados protocolos e acertada a adesão da SOFID à Câmara de Comércio Portugal Moçambique e à Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde. Como membro destas câmaras, a SOFID procurará trabalhar em maior proximidade com empresas nacionais e locais, assim como com entidades públicas dos países em causa.

Rede EDFI

A SOFID, como banco de desenvolvimento orientado para o sector privado, está inserida na rede de instituições europeias congéneres, denominada EDFI – *European Development Finance Institutions*. Distribuídas por toda a Europa, as EDFI coordenam acções entre si, sendo muito habitual o co-financiamento de projectos. Apesar da participação da SOFID em reuniões de alto nível com congéneres e das parcerias já firmadas com duas delas - a PROPARCO e a COFIDES - não foi possível em 2010 avançar com qualquer operação de co-financiamento.



Comunicação

O Plano Estratégico da SOFID definiu a comunicação como uma

das áreas de intervenção estratégica, dada a importância de melhorar a imagem e a forma como a SOFID comunica com os seus principais *stakeholders*.

Tal como com outras actividades, as acções de comunicação programadas tiveram por base os documentos estratégicos da SOFID e visaram o aumento da sua notoriedade e visibilidade, assim como o reconhecimento por parte de todos aqueles que com ela se relacionam.



A multiplicidade de partes interessadas com quem a SOFID se relaciona, obriga a uma Estratégia de Comunicação focada e orientada: para a opinião pública e para os seus próprios colaboradores.

Em 2010 foi aprovada a primeira **Estratégia de Comunicação da SOFID**, tendo identificado necessidades e proposto medidas para trabalhar a Comunicação ao nível Externo e Interno.

Comunicação Externa

Sítio na Internet

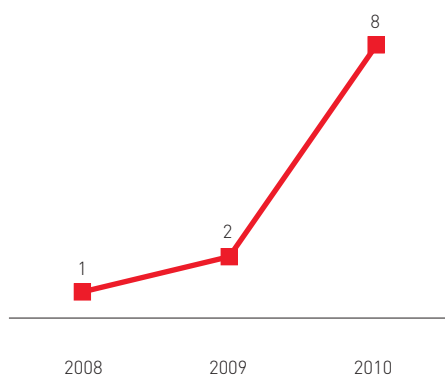
O portal da SOFID na Internet é a principal "janela" da Sociedade para o Mundo, tendo sido alvo de algumas medidas de reestruturação. A nova versão em curso tem permitido à SOFID comunicar de forma mais clara e eficaz com os diferentes públicos que acedem à sua página de Internet. Em 2010, várias intervenções de actualização de conteúdos informativos possibilitaram o esclarecimento de dúvidas apresentadas por clientes no que diz

respeito aos produtos que a SOFID oferece, nomeadamente ao InvestimoZ. Por outro lado, ao serem difundidas 27 notícias sobre a actividade da SOFID no portal, este afirmou-se como um dos principais instrumentos de divulgação do trabalho que a Sociedade tem vindo a realizar.

Notícias, Entrevistas e Artigos publicados

Os sete comunicados de imprensa emitidos pela SOFID em 2010 originaram a publicação de várias notícias, tendo contribuído igualmente para que os media se tenham habituado a receber informação específica da Sociedade. No decorrer deste ano, verificou-se um aumento do número de referências à SOFID na Comunicação Social, assim como artigos e entrevistas a dirigentes.

Entrevistas Publicadas



Apresentação Institucional e Intervenção em Seminários

No decorrer de 2010 foi revista a apresentação institucional da SOFID, de modo a melhor reflectir as prioridades, o Mandato, a Visão e a Missão da SOFID, assim como a clarificar os instrumentos financeiros disponibilizados às empresas. Esta apresentação institucional foi utilizada como base para a elaboração de apresentações SOFID adaptadas aos diferentes seminários, conferências e acções de formação.

Cartão de Boas Festas

Em 2010, a SOFID optou pela produção de um cartão de Boas Festas electrónico que foi enviado para os diferentes *stakeholders*. A alteração do formato papel para electrónico teve na sua origem preocupações ambientais e sociais, o que permitiu que o montante poupado com a impressão e com o envio de cartões em papel fosse doado à TESE, uma Organização Não Governamental de Desenvolvimento. Dos projectos desenvolvidos pela TESE, a SOFID seleccionou o Projecto Ser Humano, de apadri-

nhamento de crianças à distância em Moçambique, que tem como objectivo promover o crescimento saudável e integral de jovens órfãos e vulneráveis em condições de pobreza. Este projecto apoia cerca de 750 crianças, em parceria com instituições locais e de acolhimento, promovendo o desenvolvimento de cada criança no seio da sua comunidade, de forma a fomentar a sua integração e envolvimento no projecto de forma sustentável.

Comunicação Interna

No âmbito da Comunicação Interna, o lançamento de um inquérito sobre a comunicação na SOFID permitiu obter opiniões dos colaboradores sobre o que tem sido a comunicação da Sociedade e o que pode vir a ser feito para a melhorar.

Uma das sugestões apresentadas resultou na realização dos "Encontros de Final de Tarde" na SOFID, permitindo não só o convívio entre os colaboradores, mas também a troca de impressões, em ambiente informal, sobre aspectos de interesse para a Sociedade. Estes encontros propiciaram a oportunidade para homenagear duas colaboradoras que terminaram as suas funções em Setembro, para debater medidas de eficiência energética e para comemorar o Dia de São Martinho.

Outro momento de reforço da comunicação interna resultou da realização do Team Retreat de Natal 2010. Durante este encontro, a par de actividades de reforço do espírito de equipa, foi apresentado o balanço da actividade da SOFID em 2010 e as perspectivas para 2011, partilharam-se opiniões, propostas e sugestões, com a participação de todos os intervenientes, sobre traços positivos e aspectos a melhorar na cultura organizacional da SOFID.

O InvestimoZ



"Trata-se de um fundo cujo retorno será para reinvestir em Moçambique. É por isso importante, e do nosso interesse recíproco, a sua afectação a projectos económica e financeiramente sólidos.."
Carlos Costa Pina, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Workshop SOFID, Maputo, 18 de Outubro de 2010

Actividade em 2010

Em 2010 deram-se passos decisivos para a implementação do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique – o InvestimoZ – concretizando-se, assim, o compromisso do Estado Português de apoiar o investimento em Moçambique promovido por empresas portuguesas ou seus parceiros.

O Fundo foi criado pelo Decreto-lei nº 42/2010, de 30 de Abril, com o capital inicial correspondente ao contravalor em euros de 124 milhões de dólares americanos (aproximadamente 94 milhões de euros), totalmente subscrito pela Direcção Geral do Tesouro Portuguesa.

" (...) gostaria de salientar o importante papel que a SOFID – que disponibiliza importantes instrumentos de apoio ao investimento – desempenhará no âmbito da gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (...)"

Carlos Costa Pina, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Workshop SOFID, Maputo, 18 de Outubro de 2010

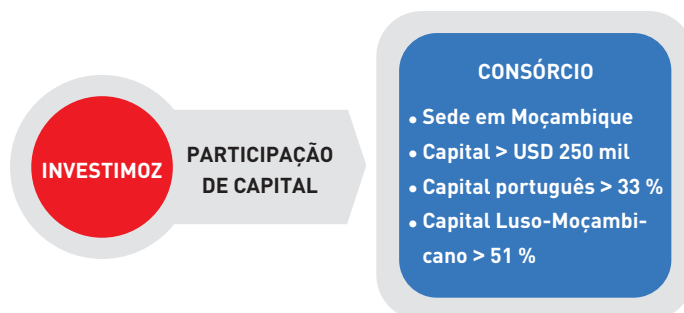
De acordo com o referido decreto, o Fundo tem por objectivo participar no financiamento de projectos de investimento de iniciativa pública ou privada em Moçambique, a efectuar através de empresas portuguesas ou de parcerias integradas por empresas portuguesas, devendo:

- Promover uma adequada partilha de risco e transferência de *know-how*
- Garantir a sua compatibilidade com as prioridades da política de cooperação financeira para o desenvolvimento do Estado Português
- Privilegiar a sua inserção em sectores económicos estruturantes
- Respeitar os critérios de sustentabilidade e eficiência económica, financeira e ambiental.

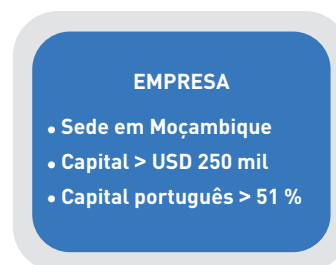
Mais tarde, com a publicação da Portaria nº 815/2010, de 30 de Agosto, foi aprovado o Regulamento de Gestão do Fundo, que prevê as seguintes modalidades de intervenção:

- Tomada de participações sociais a efectuar conjuntamente com a sociedade cujo capital social é maioritariamente detido por pessoas singulares ou colectivas, residentes ou domiciliadas em Portugal;

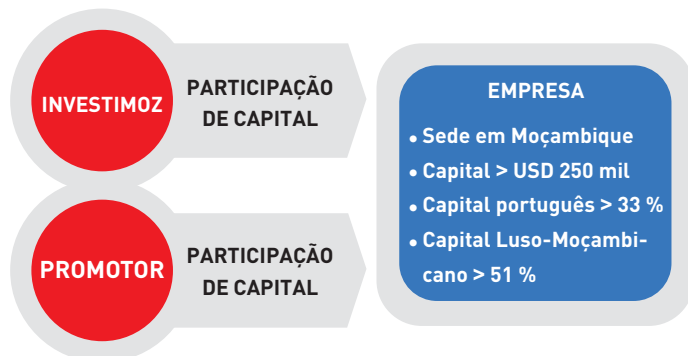
- Participação em contrato de consórcio, ou outras formas de parceria, entre sociedades com sede em Portugal e sociedades com sede na República de Moçambique;



- Financiamento de participações sociais de sociedades com sede em Portugal no capital social de sociedades com sede na República de Moçambique, através da concessão de empréstimos."



No que respeita à participação do Fundo no capital social das empresas, consideram-se elegíveis as sociedades que tenham sede em Moçambique e reúnam cumulativamente as seguintes condições:



- Participação de capitais portugueses em percentagem superior a 33%, incluindo, para esse efeito, os capitais disponibilizados pelo Fundo;
- Participação de capitais portugueses e moçambicanos que, no conjunto, representem percentagem superior ou igual a 51%.

Quanto à possibilidade de financiamento de participações sociais, consideram-se elegíveis as sociedades com sede na República de Moçambique, com participação de capitais portugueses em percentagem superior a 51%, incluindo, para esse efeito, os capitais disponibilizados pelo Fundo.

O Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2010, já se estava a receber propostas, apesar de ainda não ter sido nomeada a Comissão Conjunta, composta por seis membros: três nomeados pela República Portuguesa e três pela República de Moçambique.

Apesar de formalmente ainda não estarem reunidas as condições para a utilização do Fundo, a SOFID, no âmbito do seu mandato como entidade gestora, tem sistematicamente divulgado o InvestimoZ em seminários e reuniões, empresas e instituições financeiras, nacionais e moçambicanas. Neste âmbito, merece especial destaque a realização do Workshop “Promovendo Oportunidades de Financiamento do Investimento em Moçambique”, em Outubro, evento que contou com a participação do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças de Portugal e dos Ministros da Energia, Finanças e Indústria do Governo de Moçambique.

Instrumentos Adicionais

ITF – Fundo União Europeia-África para as Infra-estruturas

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infra-estruturas apoia projectos estruturantes que promovam o desenvolvimento transfronteiriço ou tenham impacto regional na África Subsaariana.

O ITF combina subvenções da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, com o apoio técnico do BEI, da SOFID e das suas congéneres europeias, em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento.

Os sectores elegíveis são:

- Energia
- Transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo)
- Água e Saneamento
- Telecomunicações e Tecnologias da Informação

O Fundo prevê um subsídio não reembolsável que vem ajustar-se aos empréstimos de longo prazo concedidos por instituições financeiras. Os projectos que beneficiam desta exposição inovadora apresentam as seguintes características:

- Projectos transfronteiriços ou com benefícios comprovados para pelo menos mais um país vizinho (caso os projectos estejam localizados num só Estado)
- Projectos sustentáveis e com impacto no desenvolvimento
- Projectos promovidos por entidades públicas, privadas ou de capitais mistos.

Estima-se que cada euro subvencionado pelo ITF, possa vir a gerar mais de 12 euros de investimento total, revelando o efeito multiplicador que o Fundo pode ter.

As subvenções concedidas pelo Fundo podem assumir quatro formas:

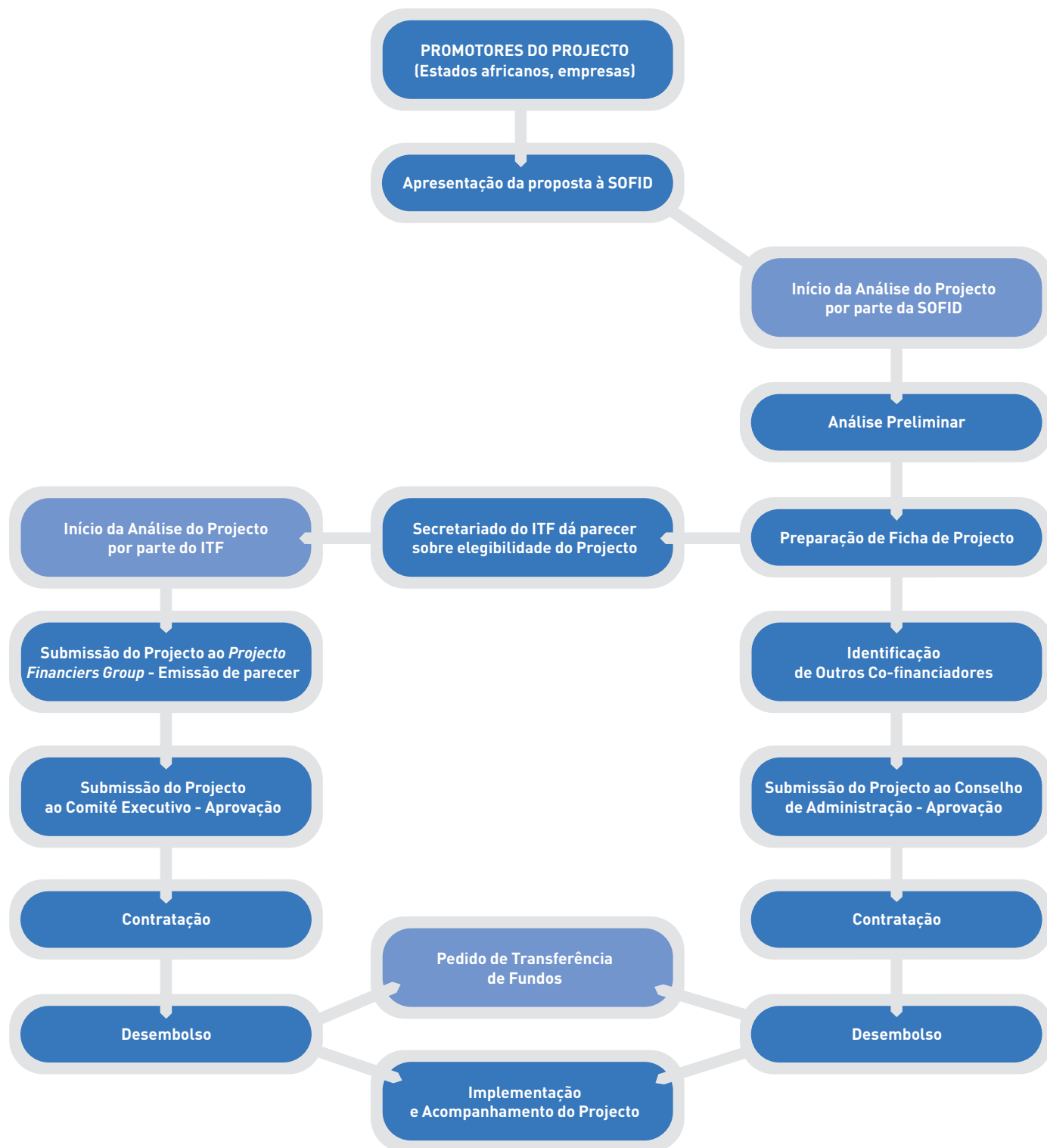
- Bonificações de juros de empréstimos a médio e longo prazo
- Assistência técnica, incluindo estudos de viabilidade e desenvolvimento de capacidades institucionais relacionados com o projecto
- Subsídios directos às componentes social e ambiental do projecto
- Prémios de seguro, para cobrir o risco-país durante a fase de lançamento.

Entre os países elegíveis estão 47 países da África Subsaariana (excluindo a África do Sul), designadamente **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe**.

Portugal é um dos Estados-Membros da União Europeia que participa no Fundo, sendo que a SOFID tem o mandato governamental para actuar como *financier*, promovendo o fundo juntamente com o GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e apresentando propostas para financiamento no *Project Financiers Group* e acompanhando os projectos aprovados.

O limite de apoio ITF por projecto situa-se em 30 milhões de euros, havendo um sub-limite de 25 milhões de euros para subsídio de taxa de juro e um sublimite de 5 milhões de euros para assistência técnica.

Processo de Apresentação de Projectos ao ITF



Durante 2010, a SOFID divulgou o ITF em todos os seminários e *workshops* em que esteve envolvida, bem como em reuniões com responsáveis governamentais dos países beneficiários. A SOFID participou igualmente nas reuniões do *Project Financiers Group*, para a emissão de pareceres sobre operações a ser submetidas para aprovação ao Comité Executivo.

Em Dezembro, a SOFID iniciou uma análise que permitiu identificar alguns dos principais projectos de desenvolvimento no domínio dos transportes com impacto regional em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e que poderão ser alvo de candidaturas ao ITF a partir de 2011. Também em 2011 será organizado, em parceria com o GPEARI do Ministério das Finanças, um evento direccionado ao universo reduzido de empresas com dimensão e potencial para apresentar projectos ao ITF.

NIF – Facilidade de Investimento para a Vizinhança

A NIF é um instrumento da Comissão Europeia que tem por finalidade apoiar investimentos em países vizinhos da União Europeia, prosseguindo três objectivos estratégicos:

- Apoio à construção de **infra-estruturas** nos sectores da energia e transportes, no sentido de estreitar relações e parcerias entre os países da vizinhança e da União Europeia
- Apoio ao combate contra ameaças **ambientais**, nomeadamente nos domínios das alterações climáticas, qualidade do ar e da água, e tratamento de resíduos e poluição industrial

- Promoção de um desenvolvimento socioeconómico equitativo, bem como criação de emprego, através do apoio ao desenvolvimento do **sector privado**, sobretudo das PME, e ao sector social.

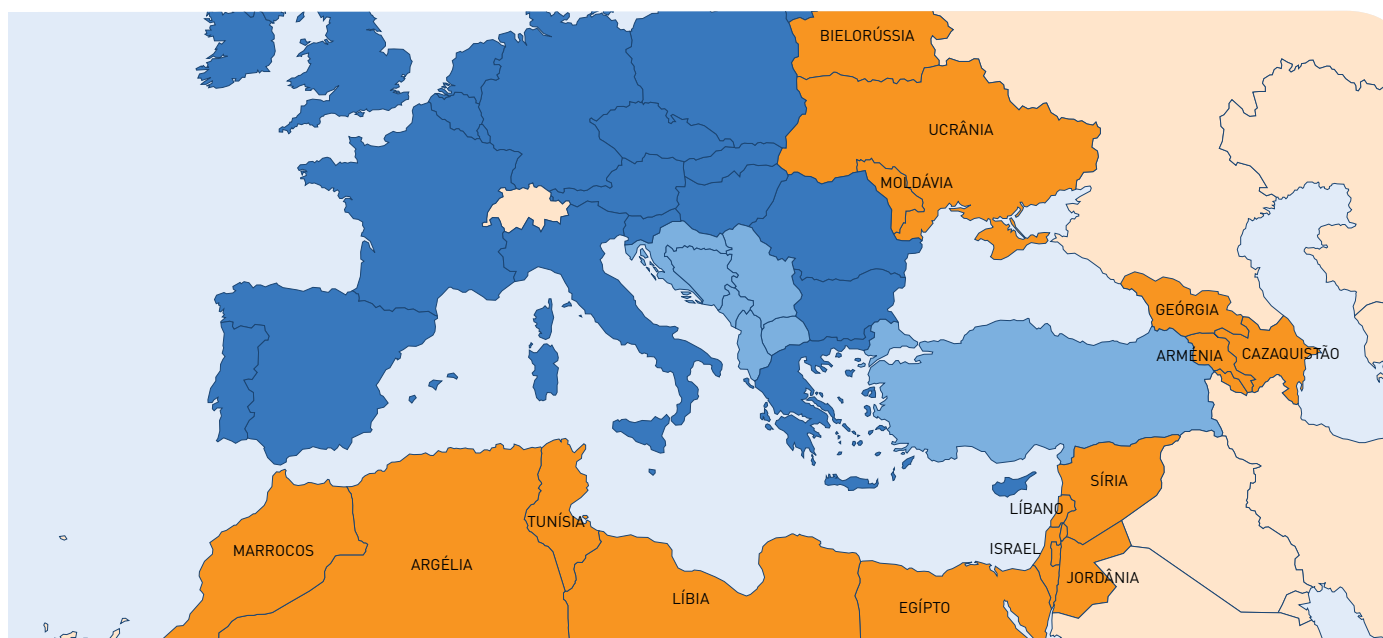
A SOFID actua como *financier*, com a missão principal de apresentar projectos à Facilidade. Durante 2010, a SOFID promoveu a NIF nos seminários e reuniões em que esteve envolvida, e, em particular junto de interlocutores com interesses nos países-alvo da cooperação económica portuguesa, designadamente na Argélia, Marrocos e Tunísia.

As contribuições da NIF podem tomar várias formas incluindo

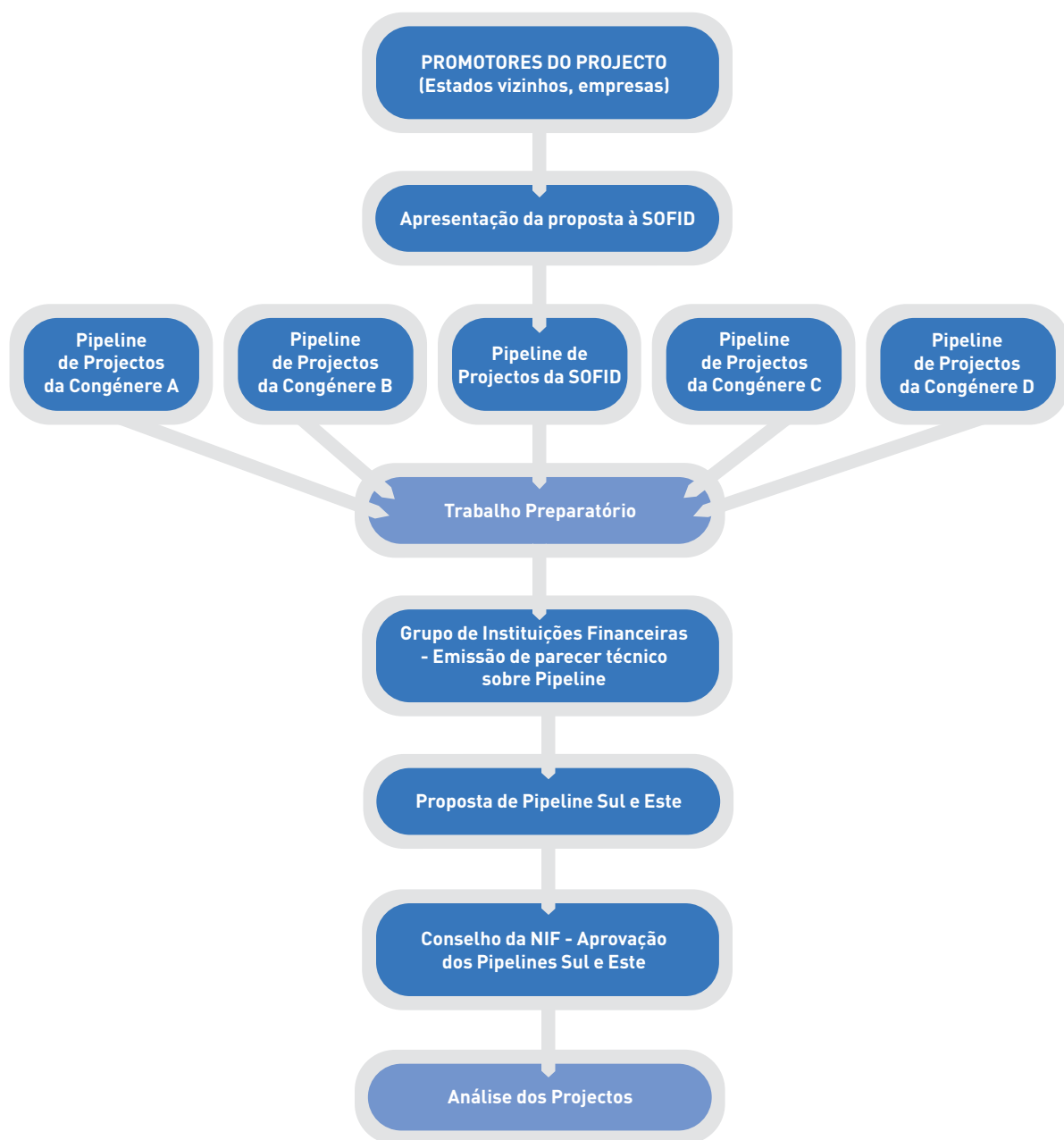
- **Co-financiamento:** através da utilização de doações para financiar componentes de um projecto, contribuindo para tornar o projecto financeiramente viável.
- **Assistência Técnica:** através da contratação de consultores para apoiar a preparação ou a implementação de um projecto.
- **Operações de Capital de Risco:** especialmente orientada para o reforço do sector privado dos países vizinhos, podendo assumir a forma de co-financiamentos com a banca local.

De acordo com alguns dos principais critérios, na análise de projectos, é dada prioridade a operações que:

- Sejam elegíveis no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- Envolvam actividades de risco elevado e sem acesso a financiamento
- Reforcem os mercados de trabalho e as oportunidades de emprego
- Promovam um desenvolvimento socioeconómico sustentável, com particular enfoque no combate à pobreza



Formação de Apresentação de Projectos ao NIF



Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que, relativamente ao exercício de 2010, o Resultado Líquido Negativo de EUR 706.853 seja transferido para Resultados Transitados.

Factos Posteriores ao Fecho do Exercício

Assinatura do Acordo de Operacionalização de Protocolo com o Bancointeratlântico e assinatura de Protocolo de Colaboração com o BES Cabo Verde. A 4 de Março de 2011 foi contratada a operação de financiamento à SISIL para um investimento em Moçambique.

Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todos os accionistas pelo incansável apoio e pela confiança depositada, à Comissão Executiva pela franca colaboração na condução da Empresa, aos restantes órgãos sociais pelo envolvimento e pelo interesse demonstrado na actividade da SOFID, a todos os parceiros que contribuíram para o desempenho positivo deste ano e, finalmente, a todos os colaboradores pelo empenho e pela dedicação à Missão da Sociedade, deixando uma palavra especial de agradecimento para aqueles que terminaram a sua colaboração com a SOFID no decorrer de 2010.

Lisboa, 31 de Março de 2011

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

João Henrique Real Pereira

Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo

Pedro Roberto Meneres Cudell

José Fernando Augusto Moreno

Demonstrações Financeiras



Demonstração de Resultados para o ano findo em 31 Dez 2010

Demonstração de Resultados dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009			
	Notas	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Juros e Proveitos similares	3	205.348	401.183
Juros e custos similares		-	-
Margem financeira		205.348	401.183
Resultados de serviços e comissões	4	33.047	11.595
Outros resultados de exploração	5	(103.415)	(94.029)
Total de proveitos operacionais		134.980	318.749
Custos com pessoal	6	701.443	537.791
Gastos gerais administrativos	7	337.063	357.958
Amortizações	8	25.190	11.759
Total de proveitos operacionais		1.063.696	907.508
Provisões para crédito	9	4.000	-
Imparidade de outros activos		-	-
Outras provisões		-	-
Resultado operacional		(932.716)	(588.759)
Impostos correntes	10	5.813	2.651
Impostos diferidos	10	(231.676)	(145.494)
		(225.863)	(142.843)
Resultado líquido do período		(706.853)	(445.916)
Resultado por acção básicos	11	(0.07)	(0.04)
Resultado por acção diluídos	11	(0.07)	(0.04)

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009			
	Notas	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Activo			
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	12	640	851
Disponibilidade em instituições de crédito	13	82.720	27.621
Aplicações em instituições de crédito	14	10.322.677	11.862.048
Crédito a clientes	15	400.694	-
Activos tangíveis	16	56.264	68.552
Activos intangíveis	17	295.821	-
Activos por impostos correntes		-	-
Activos por impostos diferidos	18	415.790	184.114
Outros activos	19	25.701	7.206
		11.600.307	12.150.392
Passivos			
Recursos de instituições de crédito		-	-
Outros empréstimos		-	-
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Provisões	20	4.000	-
Passivos por impostos correntes	21	4.068	2.651
Passivos subordinados		-	-
Outros passivos	22	326.490	175.139
Total do passivo		334.558	177.790
Capital próprio			
Capital	23	10.000.000	10.000.000
Prémios de emissão	23	2.500.000	2.500.000
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados transitados	24 e 25	(527.398)	(81.482)
Resultado líquido do exercício		(706.853)	(445.916)
Total do capital próprio		11.265.749	11.972.602
		11.600.307	12.150.392

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009			
	Notas	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Fluxo de Caixa de Actividades Operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		247.928	631.415
Juros, comissões e outros custos pagos		(534)	(319)
Pagamentos a fornecedores e colaboradores		(1.011.361)	(1.427.714)
Recuperação de crédito e juros		-	-
Outros pagamentos e recebimentos		(40)	(125)
		(764.007)	(796.744)
Varição nos activos e passivos operacionais			
Crédito a clientes		(400.000)	-
Recursos de intuições de crédito		-	-
Débitos para com clientes		3.861	-
Outros activos e passivos operacionais		8.153	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(1.151.993)	(796.744)
Impostos sobre os lucros pagos		(4.396)	3.546
		(1.156.389)	(793.198)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Depósitos no Banco de Portugal		-	-
Aplicações em instituições de crédito		1.520.000	825.000
Venda de activos tangíveis		-	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis		(308.722)	(18.454)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		1.211.278	806.546
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		54.888	13.348
Caixa e seus equivalentes no início do período		28.472	15.124
Caixa e seus equivalentes no fim do período		83.361	28.472
Caixa e seus equivalentes engloba:			
Caixa	12	640	851
Disponibilidade em outras instituições de crédito	13	82.720	27.621
Recursos de instituições de crédito		-	-
Total		83.361	28.472

Mapa de Alterações no Capital Próprio

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009							
(Valores Expressos em Euros)							
	Total do capital próprio	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	12.418.518	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	-	(126.405)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(126.405)	126.405
Resultado líquido do exercício	(445.916)	-	-	-	-	-	(445.916)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	11.972.602	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	(126.405)	(445.916)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(445.916)	445.916
Resultado líquido do exercício	(706.853)	-	-	-	-	-	(706.853)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	11.265.749	10.000.000	2.500.000	4.492	40.431	(572.321)	(706.853)

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Sociedade”) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de Outubro de 2007.

A Sociedade tem por objecto a prática das operações permitidas aos bancos, exceptuando a recepção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis.

O objecto da sociedade é prosseguido de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, em articulação com os objectivos e a estratégia do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento e, sem prejuízo das demais operações permitidas pela lei aplicável, através, designadamente de:

- concessão de empréstimos;
- concessão de garantias;
- participação de carácter temporário no capital social de empresas;
- prestação de serviços de consultadoria em matéria de investimentos e formas de financiamento;
- desenvolvimento de quaisquer outras acções que se revelem úteis para o sucesso das iniciativas de investimento em países em desenvolvimento.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes

Demonstrações Financeiras

com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 31 de Março de 2011.

1.2 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado ao cliente, pelo seu valor nominal, de acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais da Sociedade relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com caracterís-

ticas de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39, um crédito concedido a clientes que seja individualmente avaliado quanto a imparidade tendo-se concluído que está com imparidade não deve ser incluído numa carteira de crédito concedido que seja colectivamente avaliada quanto a imparidade.

Um crédito concedido a clientes que tenha sido individualmente avaliado quanto a imparidade tendo-se concluído que não está com imparidade individualmente deve ser incluído numa avaliação colectiva da imparidade.

Ao efectuar uma avaliação colectiva da imparidade, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pela Sociedade. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Sociedade de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

A carteira de crédito está sujeita à constituição de provisões de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, nomeadamente para:

- Riscos específicos de crédito (vencido e cobrança duvidosa);
- Riscos gerais de crédito; e
- Risco país.

As provisões para crédito e juros vencidos, destinam-se a fazer face ao risco de incobrabilidade de créditos com prestação de capital ou juros vencidos e não regularizados, dependendo de eventuais garantias existentes sendo o seu montante crescente em

função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, a 0,5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

Quando a Sociedade considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.4 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações referentes aos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis:	
Obras em imóveis arrendados	5
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	3

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.5 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa nos 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.6 Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

1.7 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Demonstrações Financeiras

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de balanço e que se espera vir a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.8 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.9 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proventos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos

de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proventos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

1.10 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.11 Reporte por segmentos

A Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, pelo que optou por não apresentar informação relativa aos segmentos de negócio e geográfico, conforme permitido pela IAS 14.

1.12 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções ordinárias detidas pela Sociedade.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras.

1.13 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, disponibilidades em instituições de crédito e recursos de instituições de crédito.

1.14 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais re-

sultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A Sociedade efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das per-

das por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3. Margem financeira

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Juros e proveitos similares:		
Disponibilidades em instituições de crédito	-	284
Aplicações em instituições de crédito	195.057	400.899
Crédito a clientes	10.291	-
	205.348	410.183
Juros e custos similares:		
Recursos de instituições de crédito	-	-
Outros empréstimos	-	-
Margem financeira	205.348	401.183

As rubricas de juros e proveitos similares é originada, na sua totalidade, por activos registados ao custo amortizado.

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões que são registados em resultados na rubrica Juros e proveitos similares, podem ser analisados como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Custos resultantes de comissões pagas	-	-
Proveitos resultantes de comissões cobradas	620	-
	620	-

Demonstrações Financeiras

A rubrica Juros e proveitos similares de aplicações em instituições de crédito no montante de Euros 195.057 (2009: Euros 400.899) refere-se a juros de aplicações de curto prazo celebradas com o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., conforme mencionado na nota 14.

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões relativas a garantias concedidas	10.164	11.914
Comissões relativas a gestão de fundos	23.417	-
Outros rendimentos com serviços e comissões	-	-
	33.581	11.914
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(534)	(319)
Outros encargos com serviços e comissões	-	-
	(534)	(319)
Resultados líquidos de serviços e comissões	33.047	11.595

A rubrica Comissões relativas a garantias concedidas no montante de Euros 10.164 (2009: Euros 11.914) refere-se às comissões recebidas da Higest Moçambique, Lda..

A rubrica Comissões relativas a gestão de fundos no montante de Euros 23.417 (2009: Euros 0) refere-se à comissão cobrada pela gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimentos em Moçambique.

5. Outros resultados de exploração

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso de despesas	5.828	-
Outros proveitos de exploração	163	28
	5.991	28
Outros custos de exploração:		
Impostos indirectos	(40.404)	(54.404)
Rendas de locação operacional	(36.205)	(20.294)
Quotizações	(26.438)	(18.220)
Outros custos de exploração	(6.359)	(1.139)
	(109.406)	(94.057)
	(103.415)	(94.029)

A rubrica Impostos indirectos inclui o montante de Euros 40.364 (2009: Euros 54.279) refere-se aos custos incorridos pela Sociedade relativos a IVA não dedutível.

A rubrica Impostos indirectos inclui também o montante de Euros 40 (2009: Euros 125) referente ao imposto do selo relacionado com a emissão de livros de actas.

6. Custos com pessoal

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Remunerações	598.941	429.881
Encargos sociais obrigatórios	92.874	98.972
Encargos sociais facultativos	-	-
Outros encargos	9.628	8.938
	701.443	537.791

O valor total de remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2010, registado na rubrica Remunerações, ascendeu ao montante de Euros 352.835 (2009: Euros 285.847).

A rubrica Remunerações pode ser analisada como se segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Montante efectivo de remunerações	549.738	566.060
Reversão de acréscimos em exercícios seguintes	-	(100.054)
Redução temporária da comissão executiva para dois membros	-	(30.405)
Remunerações de 2009 contabilizadas em 2010	5.720	(5.720)
Proporcional de férias pagas no exercício	43.483	-
	598.941	429.881

A rubrica Outros encargos inclui o montante de Euros 9.059 (2009: Euros 8.735) referente a custos com o serviço de assistência médico-social (SAMS) de colaboradores destacados do Banco BPI, S.A., a desempenharem funções na Sociedade, conforme mencionado na nota 22.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2010	2009
Administração	7	9
Directores	2	2
Quadros técnicos	1	2
Secretariado	1	1
	11	14

7. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Água, energia e combustíveis	7.842	6.136
Impressos e material de consumo corrente	11.443	12.085
Material de higiene e limpeza	-	23
Outros fornecimentos de terceiros	4.168	1.342
Rendas e alugueres	98.272	87.974
Comunicação e despesas de expedição	9.898	8.050
Deslocações, estadas e representação	58.412	15.045
Publicidade e acções promocionais	466	567
Conservação e reparação	710	927
Formação de pessoal	-	65
Seguros	3.548	3.795
Avenças e honorários	33.932	64.800
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	380	425
Informática	32.093	33.795
Limpeza	5.017	4.946
Banco de dados	3.212	300
Outros serviços especializados	66.767	115.983
Outros serviços de terceiros	903	1.700
	337.063	357.958

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 86.419 (2009: Euros 87.473) referente a rendas pagas pelo arrendamento das instalações.

A rubrica Deslocações, estadas e representação inclui o montante de Euros 36.492 (2009: Euros 7.298) referente a viagens de promoção da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A..

A mesma rubrica apresenta um aumento em 2010, face a 2009, pelo facto de: (i) se ter registado um acréscimo do número de deslocações e (ii) uma parte significativa dessas deslocações serem de longo curso em África.

A rubrica Avenças e honorários no montante de Euros 33.932 (2009: Euros 64.800) inclui os honorários do secretário da Sociedade e de advogados.

A rubrica Outros serviços especializados inclui o montante de Euros 53.224 (2009: Euros 56.875) referente a custos com serviços prestados à Sociedade em regime de *outsourcing*, nomeadamente serviços de contabilidade.

A mesma rubrica inclui também o montante de Euros 0 (2009: Euros 37.441) referente a encargos com serviços de consultoria na definição e desenvolvimento da arquitectura de suporte ao negócio.

A mesma rubrica inclui ainda o montante de Euros 0 (2009: Euros 6.384) referente a custos com advogados.

A SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A. celebrou contratos de locação operacional, cujas rendas vincendas ascendem em 31 de Dezembro de 2010 a Euros 58.171 (2009: Euros 86.808). Estes contratos são considerados locações operacionais por não obedecerem aos critérios da Norma Internacional de Contabilidade 17 - Locações, para serem considerados locações financeiras. O valor acima referido é liquidável nos seguintes prazos:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Até 1 ano	29.165	28.637
De 1 a 5 anos	29.006	58.171
	58.171	86.808

Os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são os seguintes:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Serviços de Auditoria e Revisão legal das contas	13.332	17.050

8. Amortizações

Esta rubrica é composta por:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Activos tangíveis:		
Imóveis:		
Obras em imóveis arrendados	2.704	2.547
Equipamento:		
Mobiliário e material	7.107	6.815
Máquinas e ferramentas	1.902	1.875
Equipamento informático	615	522
	12.328	11.759
Activos intangíveis:		
Software	12.862	-
	25.190	11.759

9. Provisões

As Provisões do exercício, líquidas de reversões, são analisadas como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Provisão para riscos gerais de crédito:		
Dotações	4.000	-
Reversões	-	-
	4.000	-

10. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Impostos correntes:		
Do exercício	5.670	2.651
Correcções relativas a exercícios anteriores	143	-
	5.813	2.651
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias	(1.060)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(230.616)	(145.494)
	(231.676)	(145.494)
	(225.863)	(142.843)

A Sociedade está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do período de 2010 e 2009 foi apurado pela Sociedade com base no novo regime de taxas progressivas em função da matéria colectável, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. Assim, o quantitativo da matéria colectável, superior a Euros 12,500, foi dividido em duas partes:

- Uma, que teve por limite o referido valor de Euros 12.500, à qual se aplicou a taxa de 12,5%;
- Outra, igual ao excedente, a que se aplicou a taxa de 25%.

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2010		2009	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de impostos		(932.716)		(588.759)
Taxa progressiva de imposto corrente i)	0,17%	1.562	0,26%	1.563
Taxa progressiva de imposto corrente ii)	24,66%	230.054	24,47%	144.065
Derrama	0,01%	60	-	-
Custos não dedutíveis	-	-	(0,02%)	(134)
Correcções relativas a exercícios anteriores	(0,02%)	(143)	-	-
Tributação autónoma	(0,61%)	(5.670)	(0,45%)	(2.651)
	24,22%	225.863	24,26%	142.843

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às rubricas seguintes:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Provisões para crédito	(1.060)	-
Prejuízos fiscais	(230.616)	(145.494)
	(231.676)	(145.494)

11. Resultados por acção

O resultado por acção é calculado da seguinte forma:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Resultado líquido	(706.853)	(445.916)
Número médio de acções	10.000.000	10.000.000
Resultado por acção básico	(0,07)	(0,04)
Resultado por acção diluído	(0,07)	(0,04)

O resultado por acção básico é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por acção diluído é calculado ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade não detinha potenciais acções ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

12. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Caixa	640	851
	640	851

13. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Depósitos à ordem no país	82.720	27.621
	82.720	27.621

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Até 3 meses	82.720	27.621

14. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Comercial Português, S.A.	8.000.000	11.750.000
Banco BPI, S.A.	-	20.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.250.000	-
Periodificações		
Banco Comercial Português, S.A.	64.178	92.045
Banco BPI, S.A.	-	3
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.499	92.045
	10.322.677	11.862.048

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Até 3 meses	10.322.677	11.862.048

Em 31 de Dezembro de 2010, a taxa de remuneração média destas aplicações em 2010 ascende a 1,78% (2009: 3,30%).

15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Crédito vincendo:		
Empresas		
Operações de crédito	400.694	-
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-
	400.694	-
Particulares		
Operações de crédito	-	-
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-
	-	-
	400.694	-
Crédito vencido:		
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 a 3 anos	-	-
Mais de 3 anos	-	-
	-	-
	400.694	-
Imparidade do crédito	-	-
	400.694	-

A rubrica Operações de crédito respeita a contratos de crédito de médio e longo prazo.

A rubrica Contas correntes é constituída por contratos de crédito na forma de "revolving".

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos em contencioso.

O escalonamento da rubrica Crédito a clientes por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Até 3 meses	3.740	-
De 3 meses a 1 ano	49.024	-
De 1 a 5 anos	347.930	-
Mais de 5 anos	-	-
Duração indeterminada	-	-
	400.694	-

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é apresentada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Crédito vincendo:		
Créditos com garantias reais	-	-
Créditos sem garantias	-	-
Créditos com outras garantias	400.694	-
	400.694	-
Crédito vencido:		
Créditos com garantias reais	-	-
Créditos sem garantias	-	-
Créditos com outras garantias	-	-
	400.694	-

A rubrica Crédito a clientes, de acordo com o tipo de taxa, é apresentado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Crédito vincendo:		
Taxa fixa	-	-
Taxa variável	400.694	-
	400.694	-

As taxas de juro médias por tipo de produto podem ser analisadas como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Operações de crédito	4,55%	-
Contas correntes	-	-
Crédito sindicado	-	-

A exposição do crédito vincendo por montante emprestado é apresentada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Capital vincendo:		
Inferior a 2.500	-	-
De 2.500 a 5.000	-	-
De 5.000 a 25.000	-	-
Superior a 25.000	400.000	-
	400.000	-
Juros a receber	4.074	-
Comissões ao custo amortizado:		
Proveito	(3.380)	-
Custo	-	-
	(3.380)	-
	400.694	-

Os movimentos da Imparidade do crédito são analisados como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações	-	-
Reversões	-	-
Utilizações	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-

A Sociedade tem em 31 de Dezembro de 2010 Euros 4.000 (2009: Euros 0) de provisões para riscos gerais de crédito as quais de acordo com as NCA's, são apresentadas no passivo, conforme mencionado na nota 20.

16. Activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Imóveis:		
Obras em imóveis arrendados	13.522	13.522
Equipamento:		
Mobiliário e material	57.021	57.021
Máquinas e ferramentas	9.515	9.475
Equipamento informático	1.905	1.905
	81.963	81.923
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(12.328)	(11.759)
Relativas a exercícios anteriores	(13.371)	(1.612)
	(25.699)	(13.371)
	56.264	68.552

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro (Euros)	Aquisições/Dotações (Euros)	Transfer. (Euros)	Abates (Euros)	Saldo em 31 Dezembro (Euros)
Custo de aquisição:					
Imóveis:					
Obras em imóveis arrendados	13.522	-	-	-	13.522
Equipamento:					
Mobiliário e material	57.021	-	-	-	57.021
Máquinas e ferramentas	9.475	40	-	-	9.515
Equipamento informático	1.905	-	-	-	1.905
	81.923	40	-	-	81.963
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
Obras em imóveis arrendados	2.720	2.705	-	-	5.425
Equipamento:					
Mobiliário e material	8.074	7.106	-	-	15.180
Máquinas e ferramentas	2.055	1.902	-	-	3.957
Equipamento informático	522	615	-	-	1.137
	13.371	12.328	-	-	25.699
	68.552	(12.288)	-	-	56.264

17. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Activos intangíveis:		
Software	308.683	-
Em curso	-	-
	308.683	-
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao período corrente	(12.862)	-
Relativas a exercícios anteriores	-	-
	(12.862)	-
	295.821	-

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro (Euros)	Aquisições / Dotações (Euros)	Transfer. (Euros)	Abates (Euros)	Saldo em 31 Dezembro (Euros)
Custo de aquisição:					
Software					
Gerados internamente	-	308.683	-	-	308.683
	-	308.683	-	-	308.683
Amortizações acumuladas:					
Software	-	12.862	-	-	12.862
	-	295.821	-	-	295.821

18. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2010		2009	
	Activos (Euros)	Passivos (Euros)	Activos (Euros)	Passivos (Euros)
Provisões não aceites	1.060	-	-	-
Prejuízos fiscais	414.730	-	184.114	-
	415.790	-	184.114	-
Impostos diferidos líquidos	415.790	-	184.114	-

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O cálculo do imposto diferido sobre prejuízos fiscais reportáveis foi apurado pela Sociedade com base no novo regime de taxas progressivas em função da matéria colectável, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro conforme mencionado na nota 10.

Em 31 de Dezembro de 2010, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a Euros 1.673.118. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de Dezembro de 2010, é conforme se segue:

	Prejuízo Fiscal (Euros)	Imposto diferido (Euros)	Ano limite de utilização
Gerados em 2008	160.732	38.620	2014
Gerados em 2009	583.670	145.494	2015
Gerados em 2010	928.716	230.616	2014
	1.673.118	414.730	

Em 31 de Dezembro de 2009, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a Euros 744.402. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de Dezembro de 2009, é conforme se segue:

	Prejuízo Fiscal (Euros)	Imposto diferido (Euros)	Ano limite de utilização
Gerados em 2008	160.732	38.620	2014
Gerados em 2009	583.670	145.494	2015
	744.402	184.114	

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Saldo em 1 de Janeiro	184.114	38.620
Reconhecido em resultados	231.676	145.494
Saldo em 31 de Dezembro	415.790	184.114

19. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Adiantamentos	-	149
Outros devedores	2.179	-
Despesas com encargo diferido	105	7.057
Outros proveitos a receber	23.417	-
	25.701	7.206
Imparidade de outros activos	-	-
	25.701	7.206

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 2.131 (2009: Euros 0) referente ao redêbito de despesas a clientes.

20. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Provisão para riscos gerais de crédito	4.000	-
Provisão para outros riscos e encargos	-	-
Total	4.000	-

Os movimentos da rubrica Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações	4.000	-
Reversões	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4.000	-

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída no âmbito do Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro, n.º 8/03 de 8 de Fevereiro e Instrução n.º 27/2000 de 15 de Dezembro do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

21. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Carga fiscal imputada (dotações)	(5.813)	(2.651)
Carga fiscal paga	4.396	-
Diferença:		
A receber	-	-
A pagar	(4.068)	(2.651)

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

22. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Sector público administrativo	12.070	9.355
Imposto do selo a pagar	8.201	-
IVA a pagar	52	-
Outros credores	10.250	17.039
Encargos a pagar com férias e subsídios de férias	32.417	39.450
Encargos sociais obrigatórios	3.596	7.907
Outros encargos a pagar	244.258	99.481
Receitas com rendimento diferido	15.646	1.907
Total	326.490	175.139

A rubrica Sector público administrativo inclui o montante de Euros 6.889 (2009: Euros 5.287) referente a retenção de imposto na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente.

A mesma rubrica inclui também o montante de Euros 4.130 (2009: Euros 4.068) referente a contribuições obrigatórias para a segurança social.

A rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 0 (2009: Euros 17.039) refere-se a encargos a pagar ao Banco BPI, S.A., referente a vencimentos conforme mencionado na nota 6.

A rubrica Outros encargos a pagar inclui o montante de Euros 83.000 (2009: Euros 59.000) referente a encargos de avenças com o secretário da sociedade.

A rubrica Outros encargos a pagar inclui também o montante de Euros 21.314 (2009: Euros 16.581) referente ao custos de IVA não dedutível. A mesma rubrica inclui ainda o montante de Euros 7.068 (2009: Euros 11.690) referente encargos com serviços de contabilidade.

23. Capital e prémios de emissão

Capital

O capital social no montante de Euros 10.000.000 (2009: Euros 10.000.000), representado por 10.000.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2010, o capital social da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. é detido a 59,99% pelo Estado Português, 10,00% pelo Banco BPI, S.A., 10,00% pelo Banco Espírito Santo, S.A., 10,00% pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., 10,00% pelo Banco Comercial Português, S.A. e 0,01% pela ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2010, os prémios de emissão no montante de Euros 2.500.000 (2009: Euros 2.500.000) referem-se aos

prémios pagos pelos accionistas, no valor de Euros 0,25 cada acção, realizado integralmente em dinheiro e subscrito proporcionalmente ao capital social.

Nos termos da Portaria n.º 408/99 de 4 de Junho, publicado no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

24. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector financeiro exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

25. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Reserva legal	4.492	4.492
Outras reservas e resultados transitados	(531.890)	(85.974)
	(527.398)	(81.482)

26. Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2010 (Euros)	2009 (Euros)
Compromissos assumidos perante terceiros	1.774.136	500.000
Compromissos assumidos por terceiros	1.774.136	500.000

A rubrica de passivos contingentes e compromissos diz respeito a garantias prestadas. A SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – Instituição Financeira de Crédito, S.A. prestou uma garantia em dólares, no montante de USD 1.702.500, valor que foi convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. A taxa de câmbio USD/EUR utilizada na conversão para euros foi de 1.3362. Esta actividade da Sociedade não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio em virtude do risco de flutuação cambial estar coberto por contra-garantias obtidas nas mesmas condições das assumidas.

27. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2010 e eventos subsequentes

Não existem factos relevantes ocorridos durante o ano de 2010 ou eventos subsequentes que devam ser reportados.

28. Justo valor

A 31 de Dezembro de 2010, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

2010		
	Valor contabilístico (Euros)	Justo valor (Euros)
Activos financeiros:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	640	640
Disponibilidades em instituições de crédito	82.720	82.720
Aplicações em instituições de crédito	10.322.677	10.322.677
Crédito a clientes	400.694	400.694
Passivos financeiros:		
Outros empréstimos	-	-

A 31 de Dezembro de 2009, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

2009		
	Valor contabilístico (Euros)	Justo valor (Euros)
Activos financeiros:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	851	851
Disponibilidades em instituições de crédito	27.621	27.621
Aplicações em instituições de crédito	11.862.048	11.862.048
Crédito a clientes	-	-
Passivos financeiros:		
Outros empréstimos	-	-

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

	2010			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activos (Euros)	Passivos (Euros)	Custos (Euros)	Proveitos (Euros)
Banco Comercial Português, S.A.	8.095.435	-	311	186.468
Banco Espírito Santo, S.A.	161	-	109	-
Banco BPI, S.A.	47.827	9.379	255.351	90
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.261.974	120.060	120.085	8.499
ELO – Associação Portuguesa Desenvolvimento Económico	-	-	5.974	
	10.405.397	129.439	381.830	195.057

Demonstrações Financeiras

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

29. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2010, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não detêm qualquer posição accionista ou obrigacionista na Sociedade.

Todos os negócios e operações realizados pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da actividade corrente da Sociedade.

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor das transacções da Sociedade com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, são analisados como segue:

À data de 31 de Dezembro de 2009, o valor das transacções da Sociedade com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, são analisados como segue:

	2009			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activos (Euros)	Passivos (Euros)	Custos (Euros)	Proveitos (Euros)
Banco Comercial Português, S.A.	11.865.216	-	2	398.672
Banco Espírito Santo, S.A.	35	-	141	291
Banco BPI, S.A.	24.418	17.039	276.944	2.220
ELO – Associação Portuguesa Desenvolvimento Económico	-	-	1.031	
	11.889.669	17.039	278.118	401.183

O Técnico Oficial de Contas



Rui Pedro Estima da Costa Gonçalves Padrão

O Conselho de Administração

Presidente

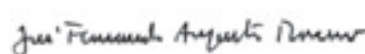


António Jorge Duarte Rebelo de Sousa

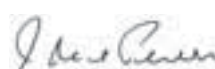
Vogais



Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo



José Fernando Augusto Moreno



João Henrique Real Pereira



Pedro Roberto Meneres Cudell



Tel: +211 211 990 433
Fax: +211 211 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 18.^o
1089-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante também designada por SOFID ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo líquido de 11 600 307 euros e um capital próprio de 11 265 749 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 706 853 euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, SA, em 31 de Dezembro de 2010 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

5. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 3, refere-se que, conforme divulgado no relatório de gestão, a Sociedade, constituída em 11 de Outubro de 2007, contratou até ao final de 2010, três operações activas, das quais duas no decurso de 2010.

Lisboa, 4 de Abril de 2011

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório e Contas de 2010 do Conselho de Administração da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Este Conselho Fiscal foi eleito para um primeiro mandato em Assembleia Geral Universal de accionistas aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e sete e reconduzido em Assembleia Geral de doze de Maio de dois mil e dez, tendo acompanhado periodicamente a actividade da Sociedade com base nos elementos fornecidos pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva, bem como pelos esclarecimentos solicitados a estes órgãos e à Sociedade em geral, tendo constatado a observância da lei e dos estatutos da Sociedade.

Este Conselho reuniu com regularidade ao longo de 2010, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações e recomendações sido registadas nas actas que estão arquivadas na Sociedade e que foram transmitidas ao Conselho de Administração.

Em termos globais, o Relatório e Contas de 2010, datada de 31 de Março de 2011, evidencia de forma clara a situação da Sociedade e responde às exigências legais aplicáveis, designadamente as de divulgação previstas no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

O Conselho salienta, ainda, a melhoria preconizada na elaboração e implementação dos sistemas de controlo interno e gestão de risco.

Quanto aos demais documentos de prestação de contas, refere-se que foram auditados pela BDO (Sociedade de Revisores membro deste Conselho), a qual emitiu o respectivo Relatório Anual de Fiscalização bem como a Certificação Legal das Contas, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

É de salientar que desde a constituição formal da SOFID, no último trimestre de 2007, e no âmbito do objecto para que foi criada, não obstante a intensa actividade comercial verificada em 2010, apenas foram concretizadas três operações activas, das quais duas contratadas em 2010, tendo-se verificado desde a respectiva constituição custos de cerca de 3 milhões de euros e receitas de 2 milhões de euros, essencialmente decorrentes de juros de aplicações financeiras.

Refere-se ainda que, em 2010, a SOFID foi nomeada sociedade gestora do InvestimoZ - Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, sendo remunerada através de uma comissão de gestão, calculada com base em 2% do capital realizado registada em 2010 numa base de pró-rata no montante de 23 418 euros.

O Conselho Fiscal toma boa nota dos esforços no sentido de reduzir o nível das despesas da Sociedade, quer ao nível das remunerações dos seus colaboradores, quer na prestação de serviços por parte de

terceiros, bem como do esforço no sentido do respectivo desenvolvimento operacional e na implementação de um plano estratégico plurianual.

Finalmente, o Conselho Fiscal, expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração da SOFID, e demais colaboradores, pela colaboração e apoio dispensado na realização do seu trabalho bem como pela intensificação da interação entre os dois órgãos, essencial na persecução da missão que lhes foi confiada.

Assim, face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2010;
- b) A proposta de aplicação dos resultados negativos de 706 853 euros, para Resultados transitados, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa 11 de Abril de 2011

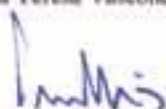
O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)



Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes (Vogal)



Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal - ROC em representação da BDO & Associados-SROC)



Sociedade para o Financiamento
do Desenvolvimento
Instituto Financeiro de Crédito, S.A.

Parecer do Conselho Estratégico

No desempenho das funções que lhe estão atribuídas estatutariamente, e depois de solicitado pelo Conselho de Administração, o Conselho Estratégico apreciou o Relatório e Contas da SOFID referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com base no conhecimento que obteve relativamente ao negócio, situação financeira e riscos inerentes às actividades prosseguidas.

Com base na análise feita e da informação disponibilizada pelos responsáveis da empresa, e não tendo conhecimento de outros factos que comprometam a veracidade daquela informação, o Conselho Estratégico emite parecer favorável sobre o Relatório e Contas com referência a 31 de Dezembro de 2010.

Lisboa, 3 de Março de 2011

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa, Presidente

José Fernando Augusto Moreno

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, Vice-Presidente

João Henrique Real Pereira

Basílio Adolfo Mendonça Jara de França

Pedro Roberto Meneses Cudell

Luís Filipe dos Santos Costa

Francisco Luís Murteira Nabo

Diogo de Araújo Jorge Gomes de Araújo

Antero Baldaia

Av. Casal Ribeiro, 16 - 17 100-012 LISBOA
Telefone: 21 213 77 60 • Fax: 21 213 77 24
www.sofid.pt • Email: sofid@sofid.pt

Instituto Financeiro de Crédito, S.A. - Sociedade por Quotas de Capital Fechado - Capital Social: 100.000.000,00 € - N.º de Registo: 100.000.000 - N.º de Registo: 100.000.000 - N.º de Registo: 100.000.000

Definições e Abreviaturas

Sigla	Significado
ABA	American Banking Association
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACTA	Actividades Eléctricas Associadas
AESE	Associação de Estudos Superiores de Empresa
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIESEC	Associação Internacional de Estudantes em Ciências Económicas e Empresariais
AMSCO	African Management Services Company
APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BA5D	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCI	Banco Comercial e de Investimento
BCP	Banco Comercial Português
BDO	Binder Dijker Otte
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BES	Banco Espírito Santo
BI	Banco Interatlântico
BIC	Banco Internacional de Crédito
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BPI	Banco Português de Investimento
CA	Conselho de Administração
CCFL	Companhia de Carris de Ferro de Lisboa
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CGIAR	Consultative Group for International Agricultural Research
CIDAC	Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
COFIDES	Compañía Española de Financiación del Desarrollo
COTEC	Associação Empresarial para a Inovação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTA	Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation
CV	Cabo Verde
DGT	Direcção Geral do Tesouro
DGTF	Direcção Geral do Tesouro e Finanças
DIAMANG	Companhia Nacional de Diamantes de Angola
EBCAM	European Business Council for África and the Mediterranean
EDFI	European Development Finance Institutions
EDP	Energias de Portugal
EFARD	European Forum for Agricultural Research Development
EFTA	European Free Trade Association
ELO	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
EUA	Estados Unidos da América
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estudos, Avaliação e Relações Internacionais
HARII	Sociedade de Desenvolvimento de Timor Lorosae
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board

Sigla	Significado
IC	Instituições de Crédito
ICEP	Instituto de Comércio Externo de Portugal
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IFRIC	International Financial Reporting Interpretation Committee
IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INOFOR	Instituto Para Inovação Na Formação
INSEAD	International Graduate Business School and Research Institution
InvestimoZ	Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IRC	Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas
ISA	Instituto Superior de Agronomia
ISCAL	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ISESE	Instituto Superior Económico e Social de Évora
ITF	Fundo União Europeia-África para as Infra-estruturas
ITQB	Instituto de Tecnologia Química e Biológica
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
Lusa	Agência de Notícias de Portugal
MBA	Master in Business Administration
MEDA	Parceria Euro-mediterrânica
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NCA	Normas de Contabilidade Ajustadas
NIF	Facilidade de Investimento para a Vizinhança
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OSCOT	Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas
PA10	Plano de Actividades 2010
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PE10-12	Plano Estratégico 2010-2012
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPARCO	Promotion et Participation pour la Coopération Economique
PVCi	Portuguese Venture Capital Initiative
ROC	Revisor Oficial de Conta
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SA	Sociedade Anónima
SAD	Sociedade Anónima Desportiva
SAMS	Serviço de Assistência Médico-Social
SAS	Sociedade Agrícola Santomense
SEE	Sector Empresarial do Estado
SENEC	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SOFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
SONAREP	Sociedade de Refinação de Petróleos
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRADINGPOR	Empresa de Comércio Externo de Portugal
USDA	United States Department of Agriculture